

098ª SESSÃO ORDINÁRIA – 14OUT2013**(Texto com revisão final.)**

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 10 de outubro de 2013.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO (Requerimento): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu recebo aqui um grupo de pessoas, de profissionais que trabalham como guia de turismo em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Eles vêm a esta Casa buscar apoio em razão de que está havendo concorrência, enfim, participação de pessoas não credenciadas nessa área, então eles vêm pedir um apoio desta Casa. Eu sei dos seus compromissos também logo mais, então eu sugiro que possamos atendê-los lá na presidência. Se V. Exa. não puder, que o Ver. João Carlos Nedel, Presidente da Frentur, possa nos acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver. Bernardino, solicito que o grupo possa ser recebido por V. Exa., que é o Vice-Presidente desta Casa, e pelo Ver. João Carlos Nedel, Presidente da Frente Parlamentar do Turismo, na sala da presidência, e que depois possa socializar com o conjunto dos Vereadores as dificuldades do grupo. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

O Sr. Carlos Alberto Silva da Luz, representando Associação dos Assistentes Administrativos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Asad, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar de assunto relativo ao trabalho desenvolvido pela entidade.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVA DA LUZ: Boa-tarde a todos, a este Legislativo Municipal, colegas municipais, assistentes administrativos que hoje vieram novamente a esta Casa Legislativa para dar visibilidade à nossa demanda que foi encaminhada ao Governo Municipal há mais de um ano sem que tivesse, de forma efetiva, um encaminhamento e uma discussão sobre essa questão.

Queremos elogiar este Legislativo que, já no ano passado, acolheu os assistentes. Em setembro do ano passado, aqui nesta Casa, fundamos a nossa associação. Hoje, um pouco mais de um ano depois, estaremos às 14h30min fazendo uma assembleia comemorando um ano aqui no Plenário Ana Terra, e todos os Srs. Vereadores estão convidados para a discussão dos assuntos dos assistentes administrativos e sobre alguns encaminhamentos que teremos que tomar junto ao Executivo.

Queremos deixar claro que de alguma maneira o Executivo vem fazendo intervenções há alguns anos. Mas essas intervenções são pontuais e são contrárias ao que o Executivo nos coloca quando vamos fazer uma discussão sobre os assistentes administrativos. É colocado que teríamos que esperar um plano de carreira; no entanto, nos últimos tempos alguns cargos tiveram o prazer... E aqui elogiamos a iniciativa desses colegas que lotaram, a exemplo dos guardas municipais, dos médicos, alguns servidores do DMAE. Ficou evidente a situação de que o nosso plano de cargos e salários, que hoje é uma tabela de vencimentos distribuída por escolaridade, está tão defasada que recentemente o Governo reconheceu que os níveis 2 e 3 basicamente deixam de existir e esses servidores passam a receber o vencimento básico do nível 4. Para aqueles que não conhecem a tabela de vencimentos do Município de Porto Alegre, ela é progressiva entre os cargos, de 20% em 20%, esse é o diferencial entre um cargo e outro. No entanto, quando chega do nível 7 para o NS, que é também o nível 9, temos um claro ali de 40%. Esse claro é o que a gente tem que discutir com a Administração Municipal no sentido de criar um novo padrão, que é o padrão 8. Queremos que crie não daqui a dois, três anos, queremos que crie hoje, porque a situação já está dada e a gente sabe que vai demorar muito tempo para que se efetive um plano de carreira que contemple os servidores municipais.

Então, pedimos o apoio deste Legislativo para que trave conosco essa discussão, que, de certa forma, é reconhecer a valorização desse conjunto de servidores que é tão importante para a Administração pública, que é um dos cargos que está previsto para o

final deste ano, novo concurso público. Está previsto por que, Srs. Vereadores? Está previsto porque o Executivo não consegue manter os servidores assistentes administrativos por muito tempo na Prefeitura. Este ano terminou o prazo para que o Executivo chamasse os assistentes administrativos de um concurso que houve há mais de dois anos; por incrível que pareça, nós temos um claro de mais de cem cargos. Por que temos esse claro? Temos porque os servidores entram para o Executivo e, chamados por outros concursos, saem do Executivo Municipal. Isso traz duplo prejuízo à Administração pública. Duplo por quê? Porque perde um tempo em treinamento com esses servidores e também perde cargos qualificados para outras áreas da Administração pública.

No Executivo, temos os assistentes administrativos, e eu, às vezes, brinco com os colegas que nós deveríamos criar o “assistente executivo”, porque aqui, nesta Casa, tem o assistente legislativo, que se compara praticamente ao que os assistentes administrativos hoje fazem. Dada a importância que esses servidores têm aqui, em 2009 houve um reconhecimento e foi dada uma gratificação para o conjunto dos servidores do Legislativo Municipal. Isso, para nós, é extremamente importante e nos chama a atenção, porque isso não passa pelo Executivo Municipal.

Nós encaminhamos também ao Presidente deste Legislativo, quando solicitamos este espaço, e esperamos que os Vereadores que aqui se encontram e o Presidente desta Casa encaminhem, um pedido de criação de uma comissão especial para tratar dessa questão dos assistentes administrativos. Abrimos um processo, que foi encaminhado no final do ano passado, que está engavetado na Secretaria da Administração, sem que, até o momento, tivéssemos nenhum avanço na discussão.

Outro problema sério para nós é a questão da dificuldade de sermos recebidos pelo Executivo. Desde o ano passado, quando foi criada a associação, nós encaminhamos, ainda em setembro, no dia 27, mais exatamente, um ofício ao Sr. Prefeito, solicitando uma agenda; até hoje não recebemos qualquer retorno. Não contentes, encaminhamos novamente em maio, reiterando o pedido, em função de que encaminhamos ao Executivo um abaixo-assinado com mais de 500 assinaturas de assistentes administrativos. Aguardamos retorno; até então, também não tivemos retorno. Encaminhamos ao Vice-Prefeito, o Sr. Sebastião Melo, também no mês de agosto, após um encontro em que estive com ele para tratar de outras questões da Administração Municipal, uma solicitação

de audiência. Novamente, até o momento, não tivemos um retorno. Encaminhamos um pedido à Secretaria da Administração e uma agenda com o Secretário Adjunto, o Sr. Fett, e, no entanto, até o momento, também não tivemos nenhum retorno. Por isto, também estamos aqui, neste Legislativo, porque é uma maneira, certamente, de o Executivo nos ouvir. O Executivo, que está lá, está representado aqui, e gostaríamos de que estes Vereadores que são da base do Governo – e os que não o são – entendam e apoiem o movimento desses servidores, que são tão importantes para a Prefeitura Municipal. E a importância é evidente: nós temos servidores em todas as áreas. Nós estamos nas áreas de apoio, nas áreas de coordenação, nas áreas de gerenciamento, na ponta, no atendimento, nós estamos na constituição de um Município que a gente quer que seja o melhor para esta população.

Outra questão que nos preocupa é a terceirização, que, de certa forma, já começa a se aproximar dos assistentes legislativos. Recentemente, tentaram, começaram um movimento de terceirizar o serviço de atendimento à informação, o 156. Nós somos totalmente contrários a isso, porque esse serviço, que é prestado pelos servidores públicos, é extremamente importante para a Administração Municipal. Que isso se mantenha, porque, certamente, dá mais qualidade. Só no 156 nós temos mais de 60 assistentes administrativos atendendo à população de domingo a domingo. Preocupam-nos também algumas questões que alguns colegas nos trazem em relação ao DMAE no dia da greve, em que houve aquela paralisação. Está sendo cobrado o ponto, até hoje, de alguns colegas, mesmo o Sr. Prefeito tendo encaminhado um ofício circular pedindo que fosse reconsiderado pelo âmbito da Administração, tendo em vista que não havia transporte público.

Recentemente, ficamos sabendo que a saúde tem um processo de contratação de atendentes; nós achamos que servidores públicos poderiam fazer melhor o trabalho do que qualquer terceirizado, em especial no que diz respeito à qualificação no atendimento e à inserção dos dados para termos um quadro melhor no atendimento do SUS.

Bem, senhores, uma questão importante que nos traz aqui, é o porquê da criação do padrão 8. Hoje, o básico de um assistente administrativo é de R\$ 1.070,00 mais os 50%; o vencimento básico hoje de um assistente administrativo está em torno de R\$ 1.500,00 e R\$ 1.600,00. O básico de um NS hoje está aproximadamente em torno de R\$ 5.500,00, graças a esses servidores terem conseguido uma mudança na GIT, que era de 70% e

agora é 100%. Os Guardas Municipais, que fizeram concurso para 4ª série e hoje passaram para o nível 6, em função do risco de vida das 24 horas, ganham quase 50% mais que os assistentes administrativos. Então, é importante, para nós, que haja uma revisão nisso e que essa discussão faça parte deste Legislativo, e esperamos contar com o apoio deste para fazer a discussão com o Executivo. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Sr. Carlos Alberto Silva da Luz. Peço que tome assento à Mesa. Quero lhe dar um retorno, inclusive aqui na nossa Sessão, de que devemos ter, até o final desta semana, o agendamento. Eu estava falando como o Ver. Ferronato, Líder do Governo, para fazermos o agendamento de, pelo menos parte, dessas reuniões que vocês aqui solicitaram.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

O SR. PEDRO RUAS: Obrigado, Presidente Carlos da Luz, da Associação dos Assistentes Administrativos da Prefeitura de Porto Alegre, eu falo pela oposição – PSOL, PT e PCdoB. Os representantes desses partidos também vão falar, especificamente, em seu próprio nome.

Eu quero registrar o meu cumprimento, inicialmente, ao Mário Fernando, dirigente histórico da categoria e dizer que o que coloca o senhor, Presidente, na tribuna, nos deixa preocupados. O Prefeito se negar sistematicamente a receber... O Presidente Thiago já faz uma ressalva de que tenhamos uma outra condição de diálogo, mas o Prefeito não receber os trabalhadores do Município em nenhum momento, sob nenhum argumento, é algo que preocupa e nos deixa indignados, também. É uma situação que não podemos tolerar. As demandas, as reivindicações que nós ouvimos da tribuna, Presidente Luz, são totalmente justas, e nós as conhecemos e as reconhecemos há muito tempo.

Por isso, receba de nós, os Vereadores da oposição desta Casa, neste pronunciamento, toda a solidariedade. Estamos inteiramente à disposição. Achamos que esses pleitos são justos, que as demandas são corretas e beneficiam, ao fim e ao cabo, o conjunto da sociedade. Então, conte com a gente e seja bem-vindo à Casa. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, também queremos aqui trazer a nossa palavra ao Sr. Carlos Alberto Silva da Luz, Presidente da Associação dos Assistentes Administrativos da Prefeitura, e dizer que, por outras vias também, este Vereador tem recebido algumas solicitações diretas, como por exemplo, do Valdir Rodrigues da Silva, do Telmo, com quem falei há pouco, que está aqui segurando uma faixa expressiva. Quero dizer, como Vereador voltado às questões reivindicatórias das associações, em nome da Bancada do PTB, dos Vereadores Cassio Trogildo, Paulo Brum e Alceu Brasinha, queremos dizer que compreendemos que, no Estado Democrático de Direito, o diálogo, o respeito às ações para buscar os interesses de uma categoria, de uma entidade, de uma classe, é algo que se faz presente e necessário. Portanto, venho trazer a nossa palavra de apoio à Associação e dizer que conte conosco para o diálogo e para que possamos fazer essa interlocução propositiva, o diálogo que busca o interesse da Associação.

Parabéns pela manifestação, pela representação que está tomando as galerias da Câmara Municipal de Porto Alegre e receba, portanto, o nosso apoio, a nossa palavra de consideração e apreço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente; quero cumprimentar o Sr. Carlos Alberto em nome da nossa Bancada, dos Vereadores Mauro Pinheiro, Ver. Alberto Kopittke e do Engº Comassetto aqui presentes, e dizer que nós conhecemos a luta dos assistentes administrativos. Um marisco entre o mar e o rochedo é o setor médio, o setor fundamental no funcionamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, é o setor mediador, ouvidor de toda a política pública fim e de toda a gestão da Prefeitura, seja política ou não, e é um

segmento que foi esquecido. Nós já louvamos a organização desse segmento, e como colega municipal quero reconhecer a sua função estratégica e a necessidade da sua organização, diante da forma como o atual Governo se relaciona com os municipais, que é a situação de quem berra mais leva, infelizmente é um descontrole total: aumento para os maiores salários, aumento setorizado sem um debate geral com a categoria, e essa categoria ficou esquecida. E também considerando que é um governo que priorizou a criação de estruturas de cargos comissionados, fechou o ano passado com mais de uma centena de cargos para contratação de funcionários, de CCs, de forma irresponsável, na avaliação da bancada do Partido dos Trabalhadores, que votou contrária a isso, porque a Prefeitura, e aí se mostrou na sequência, estava no vermelho. Então, a luta de vocês é por um tratamento digno e de valorização do trabalhador municipal, em especial desse setor que é fundamental para todas as outras funções acontecerem. A nossa bancada apoia, dá toda força e acha que precisa de muita luta para reverter essa lógica que pega direto em quem mais contribui com políticas públicas melhores para a nossa população. Parabéns e contem conosco.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Carlos Alberto, Presidente da Associação dos Assistentes Administrativos da Prefeitura; em primeiro lugar, te cumprimentando, acho que estou cumprimentando a todos os colegas assistentes administrativos. Por que eu digo isso? Eu sou funcionária de carreira, fiz o último concurso antes da ditadura militar, em 1962, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Naquela época, entramos como escreventes datilógrafas, e lutamos, lutamos muito, em plena ditadura – a associação dos servidores, hoje em caráter de sindicato –, no sentido de que nós pudéssemos ter um plano e chegarmos até a essa categoria, a esse patamar de agentes administrativos, que corresponde exatamente, em nível federal, ao patamar e ao trabalho que vocês desempenham. A gente sabe muito bem o que é isso. Sabe muito bem porque a estrutura de uma gestão está exatamente com o seu quadro técnico-administrativo. Aí eu creio que nós temos, frente a tudo o que tu trouxestes aqui em nome da Associação, em primeiro

lugar, que dizer que nós precisamos é de carreira, nós precisamos que fortalecer a gestão como gestão de Estado, seja União, Estado ou Município indutor da qualificação dos seus servidores para que tenhamos serviços públicos qualificados. Porque os governos têm projetos, mas quem segura uma política concreta de política pública são os seus servidores, então se precisa de plano de cargo, carreira e salário, precisa-se desse nivelamento, e mais, forçar exatamente a garantia dos direitos dos trabalhadores de quadro através de planos de cargos, através de nivelamento para evitar aquilo que cada vez mais ocorre – a Ver.^a Sofia falou em cargos em comissão e eu falo no que tu colocastes aqui: a terceirização. A terceirização é uma praga sob a ótica do direito dos trabalhadores, dos funcionários públicos federais, estaduais e municipais e é uma praga sob a ótica do direito da qualidade do atendimento público. Então, me aposentei como servidora administrativa da UFRGS, e digo que a dignidade de uma cidade, de um estado, de um país, está também na dignidade dos seus servidores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATTO: Meu caro Presidente, Dr. Thiago; caro Presidente Carlos Alberto, conforme falou o Presidente Dr. Thiago, conversei agora ali com o Secretário e ele está aguardando vocês às 17 horas, o Secretário Elói Guimarães, da Administração. Portanto, acho que a chegada aqui já valeu para o primeiro passo, o primeiro caminho, e quero informar ao meu Presidente esta agenda que se conseguiu retorno agora. O Secretário estará aguardando vocês lá. Estamos juntos nessa empreitada. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu queria cumprimentar o Sr. Carlos Luz, Presidente da Associação, cumprimentar todos os assistentes administrativos que estão aqui na Câmara, mais uma vez, trazendo esse pleito justo, legítimo, necessário diante de

uma categoria que, na verdade, é responsável pela política meio da gestão das políticas públicas no nosso Município e que sistematicamente vem sendo desrespeitada. Fiquei muito chocada, Carlos, quando tu falavas que o requerimento da categoria já foi por duas vezes levado até o Executivo Municipal e que o Prefeito ainda não ouviu aqueles que realizam, na ponta, uma política pública de Estado, porque os Prefeitos vão, os Vereadores e Vereadoras vão, mudam, mas quem está conhecendo a vida da Cidade é justamente os municipais e as municipais.

Então, em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas, do PSOL, queremos não só nos colocarmos à disposição da categoria. E falava contigo, com o Mário Fernando, com o Gustavo e com tantos outros que nós estamos dispostos a não só apoiar a luta como a batalhar para que a Câmara tenha essa comissão especial, colocando mais um instrumento como instrumento de mediação da categoria. Porque nós sabemos que o Governo diz que vai fazer o plano de cargos e salários e, por isso, não pode haver as gratificações porque o Governo diz que faltam recursos, mas, ao mesmo tempo, cria CCs aos montões e, ao mesmo tempo, demandas históricas como a gratificação da Governança, como o Padrão 8 para os assistentes administrativos ficam engavetados nas enormes gavetas da Prefeitura, enquanto os trabalhadores estão ganhando baixos salários, estão com péssimas condições de trabalho, sofrem com assédio moral, e são aqueles e aquelas que constroem a nossa Cidade. Queria registrar o apoio do PSOL e também colocar a Comissão de Direitos Humanos à disposição para travar essa luta lado a lado com a categoria valorosa dos municipais.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero dar os parabéns para os colegas municipais – também sou municipal – e um feliz aniversário para a Associação dos Assistentes Administrativos. Carlos Alberto, já faz um ano de lutas que nós reconhecemos. Vamos estar presentes no Plenário Ana Terra, às 14h30min, e, sem dúvida nenhuma, acho que se inicia o processo dando o primeiro passo. Acho que essa sinalização do Ferronato, às 17h, vai ser importante, e vamos ver de que forma a gente pode formatar legislativamente essa comissão para efetivamente poder implementar e poder enfrentar esse problema. Porque não é um problema, ele pode ser a grande solução. Os funcionários públicos de qualquer Município, do Estado e da Nação são o início da solução dos problemas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
098ª Sessão Ordinária 14OUT2013

públicos, e não mais um problema. Parabéns pela luta de vocês. Estamos emparceirados, caminhando em conjunto com vocês. Muito obrigado. A seguir, nos encontraremos no Plenário Ana Terra.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h44min.)

(O Ver. Bernardino Vendruscolo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): (14h46min) Estão reabertos os trabalhos.

A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento): Eu gostaria de pedir um minuto de silêncio pela morte do agente da Polícia Federal Adécimo Joel Branco, de 56 anos, que ocorreu sexta-feira, cumprindo o seu dever de policial, zelando pela segurança.

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MAURO PINHEIRO: Obrigado, Presidente, Ver. Bernardino; demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste pelo Canal 16 e público da galeria.

(Procede-se a apresentação em PowerPoint.)

O SR. MAURO PINHEIRO: Quero mostrar umas imagens que considero importantes porque, talvez, algum dia, alguém precise de um bom advogado. Essa foto mostra a imagem da Fayet Advogados, um grande e renomado escritório de advocacia criminal aqui no bairro Menino Deus. Também quero mostrar ali o Sr. Draiton Gonzaga de Souza,

advogado conceituado, sobre o qual lerei o currículo: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, em Direito – PUCRS; Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Mestre em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Doutor em Filosofia pela Universidade de Kassel, Alemanha; Diretor e Professor Titular da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Filosofia da PUCRS; Professor de Filosofia, Graduação, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Tradutor Público e Intérprete Comercial concursado para o idioma alemão Junta Comercial do Rio Grande do Sul – Jucergs; habilitação para a docência da língua alemã pelo Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Pós-Doutorado na Universidade de Tübingen, Alemanha; Pós-Doutorado no Hegel-Archiv da Universidade de Bochum, Alemanha; representante – Vertrauenswissenschaftler – da Fundação Alexander von Humboldt; autor de publicações e artigos em revistas especializadas; palestrante na Argentina, Chile, Peru, México, Portugal, Espanha, França, Alemanha, Áustria, Suíça, Itália e visitas científicas aos Estados Unidos, Inglaterra, Suécia, Noruega. Engraçado, esse é o advogado da Fayet Advogados, advogado da AMG Marcenaria! Marcenaria de fundo de quintal na São Matheus, 54 – fundos. Tem o pai, o filho e dois cachorros que trabalham lá. Esse é o advogado dessa empresa na CPI da Procempa. Agora, a pergunta que eu faço: quanto custa esse advogado? Quanto custa a Fayet Advogados? Quanto custa um advogado com o currículo que eu acabei de ler, Ver. Ferronato? Será que essa marcenaria de fundo de quintal que recebeu R\$ 463 mil da Procempa por notas fiscais de que não foi comprovado nenhum tipo de serviço... O dono da AMG esteve aqui e não quis falar, não quis se pronunciar; foi ao Ministério Público, e também não quis se pronunciar. Será que a AMG Marcenaria, que trabalhou para a Procempa e recebeu R\$ 463 mil e que, segundo a própria sindicância da Prefeitura Municipal, tem uma outra nota que

comprova que não foi executado esse serviço, Ver.^a Mônica, será que essa marcenaria tem recursos suficientes para pagar esse advogado? Eu gostaria de entender.

Será que a Fayet Advogados, Ver. Nereu, V. Exa. que é advogado, tem algum sistema de trabalho gratuito, ou será que existe alguém por detrás da AMG Marcenaria, Ver. Ferronato, que está pagando essa conta? Quem será que está pagando essa conta? Espero que não seja a população de Porto Alegre. Espero que não seja dinheiro público, assim como os R\$ 463 mil que foram desviados da Procempa para a AMG. Quem vem aqui e fica em silêncio, não fala nada e traz um advogado como o Sr. Draiton Gonzaga, um dos melhores advogados criminais de Porto Alegre, pelas informações que tenho, um professor universitário, com mestrado e com o currículo que ele tem, não custa barato!

Quem está pagando essa conta? Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, amigas e amigos que nos assistem pela TVCâmara neste momento, eu subo a esta tribuna, em liderança pelo PTB, agradeço o Ver. Alceu Brasinha, Ver. Paulo Brum e Ver. Cassio Trogildo, para trazer uma informação aos colegas que me trouxe muita surpresa: na sexta-feira, eu recebi uma ligação, no final da tarde, da delegacia de polícia, informando-me e dizendo que eu havia feito uma ocorrência contra um cidadão há dez anos. E a inspetora Karina, quando falava comigo, disse que bom que havia conseguido me localizar, porque o telefone que consta no Boletim de Ocorrência é o mesmo. Passaram-se dez anos e eu tenho o mesmo telefone que estava consignado na ocorrência que fiz. Quando ela passa a relatar o fato, me diz que a ocorrência que fiz há dez anos contra um determinado sujeito era em virtude de uma denúncia que eu havia recebido, como conselheiro tutelar na cidade de Porto Alegre, de uma suspeita de abuso por parte de um motorista de uma *van*, que dirigia uma *van*, e aliciava e tocava crianças nos seus órgãos genitais. Passaram-se dez anos. Quando ela passa a me relatar a razão do telefonema, Ver. Pedro Ruas, ela disse que era em virtude da prisão de um sujeito, do qual eu falava aqui na tribuna, quarta-feira passada, de 57 anos de idade que estuprou,

na Zona Norte, um menino de nove anos de idade. E casualmente, na quarta-feira passada, eu subi à tribuna, sem saber quem era o sujeito, para parabenizar a ação da Delegacia de Polícia para crianças e adolescente vítima, ao Delegado Leandro Cantarelli pela ação que fizeram prendendo esse sujeito e um outro, de 29 anos, que, em coautoria, também participou dos abusos perpetrados contra esse menino de nove anos de idade. Qual a minha surpresa? Uso a tribuna, na quarta-feira, para parabenizar a ação do DECA, e, na sexta-feira, no final do dia, recebo a ligação de que, há dez anos, como Conselheiro Tutelar, porque a mãe, com medo de represálias, não quis fazer ocorrência. Então, este Vereador foi ao DECA e realizou uma ocorrência policial contra esse mesmo sujeito. Eu dizia para a inspetora: mais uma vez, eu quero parabenizar a ação do DECA; mais uma vez, quero dizer que me sinto agradecido a Deus por ter agido, naquela ocasião, de forma muito prudente, quando, entendendo a situação da mãe em não ter a motivação para realizar a ocorrência, fiz a ocorrência policial. Logo mais, prezados colegas, eu saio daqui, do plenário da Câmara, vou à Delegacia da Criança e do Adolescente corroborar e, ao mesmo tempo, colaborar nas investigações para que, realmente, pessoas dessa estirpe, desse perfil, estejam na cadeia. É um trabalho que venho desenvolvendo ao longo dos anos; na sexta-feira, mais uma vez, ficou a prova evidente de que nós estamos trabalhando de forma muito firme em prol da proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes da nossa Capital. Muito obrigado a todo pelo apoio. Vamos lutando em prol da defesa das nossas crianças e adolescentes.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Ver. Bernardino Vendruscolo, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores, inicialmente eu não ia me manifestar, mas como o Ver. Mauro Pinheiro me fez uma provocação dizendo que faria aqui uma arguição em nome da oposição ou no período de

Liderança para que eu tivesse elementos para responder a intervenção dele. Então, eu quero aqui dizer, Vereador, que quando eu participei da CPI do Ronaldinho Gaúcho, na Legislatura passada, mais de um advogado veio se oferecer gratuitamente para me auxiliar e para prestar assessoria, no que dissesse respeito à CPI do Ronaldinho. Então, eu quero dizer que é notório e é sabido que muitos escritórios de advocacia têm interesse. Eu não estou aqui para defender ninguém, nem para trazer argumentos que possam contrapor aqui o que foi levantado pelo Vereador, mas eu quero dizer que muitas vezes advogados renomados, até com o objetivo de fazer, de angariar, entorno de um bom trabalho, clientes para o seu escritório, têm se proposto a prestar os seus serviços gratuitamente. Não sei se é o caso aqui, mas fica essa consideração com relação à provocação do Ver. Mauro Pinheiro. Então para contrapor, eu acho importante trazer dados reais, porque, ao mesmo tempo em que corre nessa Casa uma CPI a respeito da telefonia móvel, é sabido que os telefones não funcionam, quando faz uma curva cai a ligação, liga quando atende no meio da ligação, cai a ligação, enfim, que foi muito bem proposta por esta Casa e é tema desta Casa; além disso, temos também a CPI da Procempa. No que diz respeito a minha responsabilidade, faço parte da CPI da Invasão, ocorrida nesta Casa em julho próximo passado, e, na condição de Relator, encaminhei, na última reunião, – foi aprovado – para que nós tivéssemos um levantamento a respeito dos custos que representaram para o Erário aquele movimento promovido aqui nesta Casa. Foi aprovado o Requerimento, inclusive com o voto contrário de a Ver.^a Sofia. Chega às minhas mãos aqui o que representou, só em termos de folha de pagamento, Ver. Tarciso, o que se gastou para pagar funcionários, servidores, agentes políticos e estagiários: quase R\$ 1,3 milhão, os dez dias que a Câmara ficou parada aqui. Esse foi o custo para a sociedade. Esse dinheiro poderia ter sido usado para as creches, para os postos de saúde, para outra finalidade, mas se pagou, se remunerou o pessoal parado em função de uma invasão irresponsável no meu ponto de vista. É importante que nós possamos traçar aqui esse diálogo aqui com a sociedade. Esse foi o custo, é o que custou! Fora as depredações, que estão sendo também levantadas aqui: equipamentos que sumiram, computadores que foram roubados, enfim. Eu acho que, enquanto se fazem aqui elucubrações a respeito de custo de advogado lá na CPI da Procempa, é importante dizer que a CPI da Invasão está apurando pontualmente o que se gastou e o que custou para a sociedade aquela bagunça que fizeram no plenário da Casa.

Agora voltando ao que eu tinha preparado para a nossa participação de hoje nesta Sessão de segunda-feira, no Grande Expediente: na semana passada, eu fiz aqui algumas considerações a respeito da Ana Paula. Está aqui hoje mais uma página inteira do jornal O Sul. (Mostra jornal.) Ela é porto-alegrense, gaúcha, filha de um amigo nosso, o Jaires. Hoje eu ouvi na rádio um comunicador que questionava: se nem os americanos haviam conseguido sensibilizar os russos em relação àquela espionagem, será que nós aqui iríamos conseguir sensibilizar os russos quanto à Ana Paula, que estava num movimento do Greenpeace com relação à exploração de petróleo na Antártica? Eu acho que vale a pena tentar, e eu acho que a nossa Casa está fazendo a sua parte. Eu sei que já está prevista, na Ordem do Dia, uma Moção de Apoio porque não é possível se misturar um movimento de conscientização pelo meio ambiente, com pirataria. Não se pode condenar por pirataria, por 15, 18 anos, jovens que estavam ali fazendo um movimento a favor do meio ambiente. Acho que vale a pena, sim, a gente insistir nessa questão que diz respeito à prisão da Ana Paula, que é uma porto-alegrense, uma gaúcha. A família dela vai ter toda a nossa consideração, o nosso apoio e o nosso apreço com a aprovação dessa Moção de Apoio a ela e ao Greenpeace, que deve estar sendo aprovada nesta Casa muito em breve.

Esse final de semana, nós tivemos muitas notícias boas para a nossa Capital, anunciadas pela Presidente Dilma. Foi afinado o violão com a gaita entre a União, o Estado e o Município, e nós tivemos, felizmente, o anúncio do metrô. Acho que a Cidade, há muito, carece desse modal de transporte. O metrô tem capacidade para transportar 40 mil passageiros por sentido/hora, Ver. Mario Fraga, e a gente sabe que a Cidade carece, principalmente naquele eixo estruturador da região Norte/Nordeste, para fazer também a ligação com Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, enfim, é notório que nós já estamos chegando no esgotamento dos modais de transporte coletivo, lotação, ônibus, e se faz necessária essa implementação do metrô. Então, que bom que a gente pôde contar com esse anúncio, e fazer também aqui um destaque para aquela ampliação e duplicação ali da continuação da Av. Protásio Alves, que vai passar lá pelo Campo do Cocão, vai até Viamão, onde também, há muito, havia uma carência. Para quem mora depois da Av. Manoel Elias, foi anunciada também a duplicação daquele eixo viário muito importante no que diz respeito à relação de Porto Alegre com Viamão, principalmente nas horas de pico.

Acho importante fazer essa reflexão, trazendo também, neste período de Grande Expediente, esse anúncio, que a gente vê como mais um anúncio de qualificação de espaços urbanos, de agilidade, de modernidade, de melhoria na qualidade de vida das pessoas e dos porto-alegrenses. Eu já cansei de repetir, aqui desta tribuna, e faço aqui mais uma vez hoje, que, há muitos anos – está aqui o ex-Prefeito Villela –, Porto Alegre vem praticamente com um número estagnado de habitantes, somos em torno de 1,4 milhão de habitantes há bastante tempo; inclusive conforme último censo. Então, quando se viabiliza concretamente a qualificação de espaços urbanos ou a implementação, como é o caso agora do metrô em Porto Alegre, de um modal de estruturação urbana que alivia o trânsito, isso representa qualidade de vida. Se o número de habitantes não cresce tanto e se melhora a qualidade de infraestrutura na Cidade, como foi anunciado inclusive aqui na semana passada, o tratamento de esgoto, devolução da balneabilidade das águas para a Cidade, estruturação viária, viadutos, duplicação de vias, qualificação em torno dos estádios, ampliação do aeroporto, enfim, uma série de novas situações que estão surgindo, melhorias no HPS, melhorias inclusive na questão da rede hoteleira, os próprios BRTs, tudo isso agrega valor, lá na ponta, à qualidade de vida do cidadão. Quando se põe na agenda positiva da Cidade a ciclovia, a gente vê as bicicletas circulando, essa nova relação – inclusive hoje temos aqui, prevista, uma audiência pública para tratar da questão da qualificação da orla do Guaíba –, tudo isso agrega valor e qualidade de vida às pessoas numa cidade, especialmente quando a cidade não tem o seu número de habitantes muito impactado.

É claro que, às vezes, a gente tem algumas notícias boas e outras não tão boas. Então eu quero realmente dizer que foi com muita tristeza, Ver.^a Mônica Leal, Ver. Professor Garcia, que, na semana passada, mais uma vez, o nosso País é o campeão em aumentar a taxa de juros; mais uma vez, o Brasil tem a maior taxa de juros do mundo! Quem paga essa conta? Eu me envergonho todas as vezes que o sistema financeiro, os bancos divulgam seus lucros! Quem gera emprego e renda, quem gera riqueza é quem trabalha, é quem está lá na ponta, que está desenvolvendo pesquisa, que está plantando, que está construindo. Agora, banqueiro, não! Banqueiro trabalha em cima da especulação. É uma pena, Ver. Comassetto, que a nossa Presidente Dilma tenha se dobrado. Infelizmente, o nosso País passa a ser o campeão mundial no nível de juros! Obviamente, isso vai impactar no nosso bolso de cada um de nós, da comunidade trabalhadora, do povo

pág. 16

humilde, daquele que mais precisa, daquele que está lá na ponta. Infelizmente, dobraram a coluna da Presidente Dilma! Em que pese nós termos anunciado boas transformações aqui para a nossa Cidade, junto com isso veio, na semana passada, o aumento da taxa de juros para quase dez pontos percentuais. Então, neste período de Grande Expediente, eu resolvi fazer uma reflexão dessa triste realidade que enfrenta o nosso País.

Aproveitando a conjuntura nacional, quero dizer que tenho recebido alguns *e-mails*, principalmente nas redes sociais. Quem anda por Porto Alegre deve ter visto pichado nos muros a questão que envolve o leilão do Campo de Libra. Onde estão os nacionalistas? Onde está aquela massa, aquele povo todo que foi para as ruas há dois, três meses e que tem feito todas essas depredações? Estão entregando o nosso petróleo, Ver. Paulo Brum, e nós não vamos falar nada? Nós vamos compactuar? O Campo de Libra foi estimado em R\$ 1,5 trilhão em reserva de petróleo! E nós vamos nos calar? Nós vamos permitir que esse leilão seja feito sem falar nada? Alto lá, Presidente Dilma! Vamos fazer uma reflexão! Onde está o nosso povo nacionalista? Vamos para as redes sociais e denunciar esse entreguismo! Vão entregar o petróleo do Brasil para quem? Ou tem algum outro país no mundo que leiloa petróleo? Que entrega o petróleo para a especulação das grandes petroleiras do mundo? Citem um país que leiloa o seu petróleo, entrega o petróleo para especulação, vende assim de barbada o que foi descoberto lá na camada do Pré-Sal, com décadas de pesquisas pela nossa Petrobrás! Nós vamos pactuar com isso aí, Ver. Mario Fraga? Não, nós não vamos. Nós vamos aqui, humildemente, registrar o nosso protesto porque nós não podemos pactuar com este tipo de prática entreguista em nosso País!

Então, eu só queria trazer um pouco dessas reflexões hoje aqui. O nosso partido tem uma reunião importante, nós vamos realizar a 38ª Reunião de Coordenadoria. Nosso Partido fez 37 reuniões por todo Estado, reunindo as lideranças, os Prefeitos, e, com muito orgulho, o povo gaúcho elegeu mais de 70 Prefeitos do PDT, quase 70 Vice-Prefeitos, quase 700 Vereadores. Hoje nós temos uma bancada Estadual com sete Deputados Estaduais e três Deputados Federais, temos a Prefeitura da Capital, de Caxias e de outros polos importantes. Nós vamos estar reunidos ali hoje, comemorando, sim – por que não? –, a vinda do companheiro Lasier Martins para o nosso partido, que está também com a ideia de dar uma contribuição aos gaúchos. Ele é pré-candidato ao Senado, vai trocar uma palavrinha com a nossa militância aqui de Porto Alegre, da Região

pág. 17

Metropolitana, e nós vamos encerrar um ciclo, então, de 38 reuniões, hoje, com a Coordenadoria do PDT de Porto Alegre. Acho que é um momento importante de reflexão a respeito da responsabilidade do nosso partido com o povo gaúcho. É nesse sentido que eu também quero aqui convidar aqueles que, por ventura, se familiarizem e estejam junto conosco irmanados na família trabalhista e quiserem participar da reunião da Coordenadoria da Região Metropolitana. Hoje, a partir da 19h, estaremos lá no PDT, não é Nereu? Nós aqui da bancada toda unida – Nereu, Mario Fraga, Luiza, Delegado Cleiton, Thiago – estaremos lá para debater os rumos e o futuro do PDT e do Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Recebo aqui a notícia da nossa Direção Administrativa e Direção-Geral que foi ponto de pauta hoje que anteciparemos, em função do Dia do Funcionário Público, os vencimentos dos servidores da Casa, provavelmente para o dia 25 de outubro. Quero dar essa notícia e quero agradecer a Direção Legislativa, a Direção Administrativa da Casa e a Direção-Geral.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Dr. Thiago; pois é, lá vem o Ver. Bernardino Vendruscolo com as fotografias dele. Mas está aqui. (Mostra fotografias.) Cinco de outubro, 7 de outubro, 8 de outubro, 9 de outubro, olhem aqui. Vocês me desculpem, mas além dos riscos de acidentes, isto aqui não está a mais do que 300 metros da minha casa. E não é por nada, não é por ser a casa do Vereador, mas imaginem o que eu estou ouvindo dos meus vizinhos. Olhem aqui, esta aqui é de hoje, só para vocês saberem. É de 14 de outubro o jornal, e eu estou tirando a fotografia, juntamente com o jornal, para provar a data. Domingo, eu retornei lá. Tem um companheiro que está trabalhando comigo agora, o nome dele é Tongo. Isto aqui é na Av. Teresina, no bairro Medianeira. Agora, Alceu Brasinha, na esquina da Av. Dr. Carlos Barbosa com a Rua José de Alencar. Olhem se dá para ficar tranquilo: vão lá, pág. 18

simplesmente botam um cavalete e vão embora. O Tongo está trabalhando no meu gabinete agora, ele me ajuda. Estou fazendo uma brincadeira talvez para alguns, mas é muito sério. É inconcebível que se deixe uma situação como essa em uma via de grande circulação, como é a Av. Carlos Barbosa, esquina com Rua José de Alencar, que simplesmente coloquem ali um cavalete e vão embora, como se não tivesse um vento para derrubar um cavalete, uma possibilidade de chuva, enfim, alguém propositadamente, sem maiores responsabilidades, retirando esse cavalete. Com certeza, nós temos que contar com a sorte para que não haja um acidente maior com um automóvel, capotando esse automóvel e com possibilidade de atingir pessoas que estejam caminhando pelas calçadas. Então, desculpem-me o Sr. Cappellari, os demais Secretários, quando acontece uma situação dessas, Ver. Tarciso, não pode sair, tem que ficar um profissional ali até ajeitarem, nem que seja provisoriamente. Bota uma chapa de aço... Eu não sei se estão roubando essas tampas, enfim. Não dá para botar um cavalete e virar as costas: "Ah, eu vou tomar providências. Eu vou fazer um orçamento". Eu não sei como funciona, sinceramente; eu imagino que haja uma equipe de emergência, é impossível que a Prefeitura não a tenha para uma situação dessas. Nós encaminhamos tantos pedidos vindos da sociedade, para os quais há tempo, mas em uma situação dessas não há tempo! Não há como deixar para amanhã. Não adianta depois dos acidentes ocorridos, tentarem uma justificativa. Novamente (Mostra fotos.), isso aqui foi ontem ao meio-dia, exatamente na esquina da Av. Dr. Carlos Barbosa com a Rua José de Alencar, uma rua de muito movimento. Passei lá hoje de manhã, eles retiraram esses cavaletes e botaram vários pedaços de madeira, claro, o cavalete não fica de pé ali, não tem como parar um cavalete ali. A Prefeitura, as Secretarias, os departamentos têm que se organizar e atender imediatamente a esse tipo de situação. Presidente, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero lhe agradecer pela sugestão da questão da antecipação, Ver. Mario.

O Ver. Mario Fraga está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. MARIO FRAGA: Vereador-Presidente, Dr. Thiago; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público nas galerias, público que nos assiste pela TVCâmara, Ver. Dr. Thiago, agradeço o elogio, mas sem a administração forte da Casa, sem a sua mão, e sem essa Diretoria, mesmo que indicada por todos os partidos, a Casa não funcionaria cem por cento. E hoje, Ver. Brasinha e Ver. Paulo Brum, que me assistem, prova, mais uma vez, Dr. Thiago, que a gestão funciona quando têm pessoas à sua frente; independente de partidos, a Casa aqui funciona cem por cento. Meus parabéns a V. Exa. pela gestão. Em dez meses de Casa, a Casa realmente teve uma transformação e melhorou bastante. Não era o meu assunto, Presidente, mas meus parabéns.

Ver. Brasinha, queria colocar para V. Exa., que fala sempre que o Ver. Márcio Bins Ely é um Vereador federal, assim como outro Vereador, que eu acho que, na Casa, nós temos que tratar de todos os assuntos. Inclusive, hoje, uma parte da minha fala seria em nível federal, porque a Presidente Dilma esteve no Rio Grande do Sul, mais uma vez, e ela é ligada a nós, é ligada ao nosso Estado, e ela sempre traz, de um jeito ou de outro, uma coisa boa, mesmo sendo do Partido dos Trabalhadores. Hoje, o PDT faz parte deste Governo, mas eu sou sempre, na minha consciência, obrigado a dizer que as coisas boas, independente dos partidos, eu aplaudo aqui. E toda vez que a Presidente Dilma vem ao Rio Grande do Sul alguma coisa ela traz de bom.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Mario Fraga, realmente, eu sempre brinco com o Ver. Comassetto, dizendo que ele é um Vereador federal. O Ver. Márcio Bins é um Vereador internacional. Mas eu quero, Presidente e Ver. Mario, ser solidário com o Ver. Bernardino Vendruscolo. Ver. Bernardino, o senhor tem trânsito bom neste Governo, o senhor conhece os secretários, conhece o Prefeito, conhece o Vice-Prefeito, nós temos um Vice-Prefeito de luxo, que é nosso amigo, o Ver. Sebastião Melo, que sempre será Vereador e atende às demandas. Quem sabe o Ver. Bernardino pudesse ligar para o Secretário. O Secretário, automaticamente, vai atender e vai lá solucionar, arrumar o buraco, certamente. Tenho certeza absoluta disso. Se é o Cappellari, se é o nosso querido Secretário Mauro Zacher, seja quem for, ou fala com o Gil, que está aqui sempre para nos ajudar. Quero ser solidário ao Ver. Bernardino para, quem sabe, buscarmos uma alternativa para não ter que ele vir aqui mais com o jornal, porque temos um governo transparente. O Governo

pág. 20

quer dar preferência às demandas dos Vereadores. E não interessa se é Vereador da base, pode ser Vereador da oposição; sempre os Vereadores têm uma resposta imediata. Quero dizer ao Ver. Bernardino que certamente o Sebastião Melo, nosso Vice-Prefeito de luxo, que é um secretário de luxo que o Prefeito tem, irá colaborar.

O SR. MARIO FRAGA: Obrigado, Vereador. Mas V. Exa. tem razão. É um assunto municipal, mas eu elenquei aqui assuntos que a gente poderia tratar como o leilão de Libra, o metrô, a vinda da Presidente Dilma, e, para começar também, um recurso federal que está à disposição do Governo do Estado, que são R\$ 6 milhões, Ver. Pedro Ruas, que seriam para construir um abrigo de menores infratores, que lá na nossa comunidade estamos chamando de presídio. Quando eu digo lá na nossa comunidade, estou me referindo ao Extremo-Sul, mais precisamente a Belém Novo. E dizem que o recurso federal já vem carimbado e só poderia ser usado naquela terra, em Belém Novo. Eu acho isso um despropósito, Ver. Nereu D'Avila, porque um recurso vir carimbado, se eles nunca estiveram lá, não fizeram um levantamento do terreno para saber no que vão gastar os R\$ 6 milhões lá, não sabem... Não teve um anteprojeto, veio uma verba destinada à construção de um abrigo para menores infratores, que a gente chama de presídio de Belém Novo. Então, eu queria fazer essa contestação ao Governo Estadual e ao Governo Federal por mandarem uma verba que seja só para usar naquele terreno, naquela área lá da antiga Febem em Belém Novo. Então, fica aqui o meu protesto. Nós estamos lutando para que não saia esse prédio lá em Belém Novo, que terá cinco metros de altura, será para 60 menores infratores. A nossa comunidade não tem condições e infraestrutura para receber esses menores lá, depois as suas famílias, depois o transporte coletivo. Eu acho que aqui todo mundo sabe o quanto a nossa comunidade – Ver. Tarciso Flecha Negra, que conhece tão bem lá – sofre com transporte coletivo, perdendo em torno de uma hora e vinte, e lotado, principalmente na hora de pico. Então, com mais gente lá, com mais famílias se deslocando para Belém Novo, não saberia dizer o que iria acontecer. Então, Ver. Brasinha, é só para dizer que, na verdade, às vezes, a gente, aqui, tem que falar em nível federal, estadual e até no leilão de Libra, que está tudo escrito nos muros de Porto Alegre, para não vendermos o nosso petróleo.

Ver. João Derly, V. Exa. já me conhece, sabe que eu atuo mais na nossa comunidade, mais na nossa Cidade, eu não entro em assuntos internacionais, mas quando a

Presidente Dilma vem a Porto Alegre, mais uma vez, vem esse assunto de Libra, o metrô – que é importante para a nossa cidade –, sou obrigado a falar nesses assuntos.

Aproveito o Grande Expediente para falar, para quem não sabe e está nos assistindo pela TVCâmara e aqui no plenário, esse tempo nos cabe apenas duas ou três vezes por ano, para que a gente possa falar aqui um pouco mais do que os cinco minutos de liderança, do que os cinco minutos de Comunicações, para fazer uma reflexão e uma leitura de algumas coisas boas que têm acontecido, principalmente como eu relatei aqui, sobre o Extremo-Sul. Trago o exemplo da conclusão da obra que todo mundo, a maioria, Ver. Villela, que conhece tão bem, acho que foi um dos começou lá, na época, já faz bastante tempo, que abriu o Beco da Vitória. Infelizmente, a gente não conseguiu, Ver. Pedro Ruas, eu queria colocar Rua da Vitória, e, por incrível que pareça, em Porto Alegre já tem a Rua da Vitória aqui no Bairro Santana. Eu, particularmente, não conheço, mas eu queria tirar o nome Beco da Vitória porque hoje não é mais um beco. Eu acho que, na verdade, nunca foi um beco, porque tem saída pelos dois lados, e hoje está totalmente asfaltado. Foi asfaltado por partes, mas, graças a Deus, para mim, principalmente, que sou lá da região, foi terminado o asfalto do Beco da Vitória, na esquina do Esporte Clube Lajeado, no nosso Governo, no Governo do Fortunati e do Ver. Mauro Zacher, na Secretaria Municipal de Obras e Viação. Então, para mim, é uma felicidade muito grande, eu queria revigorar esse assunto. Assim como na Rua Darcy Pereira Pozzi que, hoje, para sairmos de Belém e irmos até a Restinga, já podemos ir pelo asfalto, pois está toda asfaltada. Antigamente não tinha esse asfalto nos dois lados, tanto na Rua Darcy Pereira Pozzi como no Beco da Vitória. E, agora, o Secretário Cappellari esteve aqui, a pedido de muitos Vereadores e Vereadoras, sim, senhores, dar a boa notícia de que vai ter ônibus interligando Belém Novo à Restinga, fazendo essa linha, porque já tem o asfalto por onde passar. Antigamente os empresários reclamavam muito que não poderiam ir por ali porque era estrada de chão batido, e agora não tem mais esse motivo.

Também queria agradecer, mais uma vez, porque neste último fim de semana teve a Festa do Ridículo, que é um movimento muito grande, e desde que nós colocamos a lombada eletrônica na Juca Batista, em frente ao número 8.000, perto do TerraVille, perto do Aeroclube, nem mais um acidente grave aconteceu ali, graças a instalação da lombada eletrônica na Av. Juca Batista nº 8.000. Pedido esse feito pelo Vereador e endossado por Vereadores que têm ligação com a comunidade da Zona Sul. E, graças a Deus, passado

esse evento, que é o maior evento que nós temos no Extremo-Sul, não houve nenhum acidente grave.

E também temos batalhado pelo nosso posto de saúde junto com o Ver. Dr. Thiago, mas, infelizmente, passou mais um inverno e ainda não conseguimos fazer as 24 horas de atendimento, Ver. Villela. Lá o nosso posto ainda atende de segunda-feira a sexta-feira, das 7h às 22 horas, sem fechar ao meio-dia. Mas, nos finais de semana, estamos sem médico lá em Belém Novo. Já fizemos um pleito e agora recuamos um pouco, Ver. Paulo Brum, por causa dessa situação financeira que o Município nos apresenta. Estamos esperando virar o ano, entrar o IPTU novo, entrarem os novos impostos, para, no começo do ano, fazermos uma nova investida junto ao Secretário de Saúde, mas muito mais junto ao Prefeito. Não é culpa do Secretário Carlos Casartelli, porque é uma despesa que tem que ter, e nesse momento, mesmo não sendo um *expert* em finanças, acredito que o Município não está em condições. Então vamos esperar, já conseguimos vencer junho, julho e agosto, que é o inverno, o clima mais rigoroso em que as crianças sofrem mais, e vamos tentar para o ano que vem, espero que os Vereadores que sempre nos ajudaram – Ver. Dr. Thiago; Ver. Paulinho Motorista, que agora está nesta luta conosco – continuem, para que possamos implementar o posto 24 horas em Belém Novo.

Para nossa felicidade, estamos em tratativas com o Secretário Luizinho Martins sobre a pista de skate em Belém Novo. Neste domingo, estivemos lá na pista e vimos crianças de 7, 8 anos, até 15 e 16 e, por vezes, algum adulto praticando o esporte na pista de skate lá no Leblon, em frente ao antigo Restaurante Poletto. O Secretário Luizinho Martins já esteve lá. Estamos pedindo a ampliação da pista, de 1 metro por 40 m, o que vai aumentar 40 metros quadrados na pista. Uma pista que tem 40 metros de comprimento por 4 metros de largura, ficaria 5 metros de comprimento por 4 metros de largura. Ficaria uma pista bem melhor para os esquiteiros. Este é o apelo. É uma pista pequena, mas é um apelo que os esquiteiros fazem. Acho que a nossa Administração, o Secretário Luizinho Martins, vai nos atender.

Hoje também, aqui na Câmara de Vereadores, tem uma audiência sobre a orla do Guaíba. Acho muito importante porque de Ipanema para baixo a nossa orla está precisando de muitas coisas, em especial no entorno da Ponta Grossa, no entorno do Belém Novo, inclusive na volta do morro, a orla está bem abandonada; fora a limpeza que o DMLU faz semanalmente, ou quinzenalmente, a orla não ganhou mais melhorias. Como

está chegando o verão, pretendemos que essa audiência, hoje, olhe mais para o Extremo-Sul em diante.

Estivemos, ontem, em Ipanema também, no calçadão do Guaíba, junto com o DMLU, junto com o capataz Roberto, e vimos que até Ipanema está muito bom. E no Lami também estão cuidando um pouco mais por causa do verão que está chegando. O Dr. Thiago tem atuado bastante naquela comunidade em prol da orla do Lami. Acho que está bem. Então, estamos precisando de um cuidado em Belém Novo, principalmente em Belém Novo.

Mais uma vez, infelizmente, tenho que falar, já falei anteriormente e o pessoal está me cobrando, Ver. Brasinha, que a Escola Tancredo Neves, no Jardim Urubatan, continua na mesma situação, depois de cinco anos, com um dos pavilhões interditado. Acho que vou ter que apelar para a Ver.^a Fernanda Melchionna, para a nossa Comissão de Direitos Humanos ir até a escola para olharem o prédio e a situação em que estão aquelas crianças lá no Jardim Urubatan, na Escola Tancredo Neves, que não tem mais condições, e eu não consigo notícias. Estivemos duas vezes já na Secretaria Estadual de Educação e eles não nos deram uma solução.

Aviso que há dois projetos, aviso que vai um para a licitação e que não acontece nada.

Então, já fica de público aqui, via tribuna, Ver. Pedro Ruas, Ver.^a Fernanda Melchionna, para que façamos uma reunião na CEDECONDH sobre a Escola Tancredo Neves para ver a situação em que ela está.

Também quero falar sobre os meus dois projetos apresentados na Casa, um que não permite a venda de cópias de armas de brinquedo na cidade de Porto Alegre, e outro sobre a Lei de Incentivo ao Esporte.

Falei, hoje, com o Diretor Administrativo, e a Câmara está dando a prerrogativa de escolhermos qual projeto que queremos incluir, Ver.^a Luiza Neves, nas Comissões Conjuntas que serão realizadas no próximo dia 21, aqui nesta Casa. Portanto, vou colocar este Projeto sobre a Lei do Incentivo ao Esporte Amador, que é uma lei que trata dos campos de futebol que são da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, inclusive, Ver. Brasinha, o Alim Pedro. O que eu não vou permitir, Ver. Villela, é que sejam colocadas propagandas de cigarro e de bebidas alcoólicas. Vamos permitir propagandas de esportes, artigos esportivos, eletrodomésticos e outros mais, mas de bebidas e de cigarros, não.

Então, estamos trabalhando nessas situações todas, e lá na CEDECONDH temos feito diversos trabalhos junto à Presidente Fernanda, como visitas à Vila Liberdade, à Vila Farrapos, atendimento do PACS na Zona Sul, da Casa de Passagem da Frederico Mentz, a situação das famílias da Dique, que nós temos que resolver, é um problema de Governo. Há bastante coisa lá na CEDECONDH.

Eu tenho defendido, Ver. Dr. Thiago, todos os fins de semana, Ver. Márcio Bins Ely, a toda hora, que os 36 Vereadores aqui trabalham como loucos, não param um minuto, de segunda a segunda – não é de segunda a sexta, meu amigo e grande campeão Kiko, que está mais perto agora do Ver. João Derly e sabe do que eu estou falando aqui. Quem vem para cá não tem noção do que é o trabalho do Vereador; é de segunda a segunda, das 8h à meia-noite. Hoje, segunda-feira, Dr. Thiago, os Vereadores, em especial os do PDT, têm uma reunião no partido, que é a última reunião da coordenadoria; têm um seminário da Ver.^a Cony; uma audiência pública sobre a orla do Guaíba; e ainda mais um jantar na Sociedade Leopoldina Juvenil. Este Vereador teria quatro compromissos hoje!

Mas eu tenho certeza de que todos os Vereadores estão nessa luta incansável para ajudar o Município de Porto Alegre. E, às vezes, tem algum político que nos tira fora do foco.

Mas nós, aqui, e eu coloco a mão no fogo pelos outros 35 Vereadores desta Casa, trabalhamos como loucos, e, às vezes, para poder fazer um relato destes que estou fazendo, levamos três, quatro meses. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. João Derly está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO DERLY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público nas galerias e pela TVCâmara. A minha participação hoje foi inspirada na fala do Ver. Bernardino, então ocupo esta tribuna para falar sobre algumas questões que têm acontecido na nossa Cidade.

Sei que sou Vereador de primeiro mandato, tenho pouco tempo na Casa e, tratando com o Executivo, trago alguns Pedidos de Providências feitos por mim, como os processos nºs 256, 397, 418, 519, 680 e por aí vai, os quais, muitas vezes, não recebo sequer uma

notícia se está sendo atendido, ou se alguém foi ao local verificar. Desculpem estar generalizando, mas a EPTC, por exemplo, sempre tem me dado respostas, até quando são negativas, mas tenho visto em algumas Secretarias uma falta de consideração para com os Vereadores – falo em meu nome e em nome da Ver.^a Jussara. Muitas vezes, nos comprometemos com as pessoas que nos procuram, que veem os Vereadores como agentes para buscarem melhorias em certas situações de descaso e de ordem pública, damos a nossa palavra de que vamos resolver o seu problema, mas acabamos sendo tratados assim pelo Executivo.

Eu também tive problemas com alguns Secretários, por marcarem muitas reuniões, e, horas antes, já com outras pessoas envolvidas, desmarcaram as reuniões, ficando o nosso nome comprometido. Então esta é uma manifestação pelo descaso que está acontecendo conosco. Eu acho que é importante nós recebermos, no mínimo, respostas do Executivo. Nós não estamos aqui de brincadeira! Eu não estou apresentando a louca Pedidos de Providências, mas em locais que têm a necessidade – eu acompanho, visito o lugar. A comunidade, quando chama, deposita essa confiança em nós, em mim, então eu exijo, ao menos, respostas. Eu sei que o Gil faz essa parte, então poderia olhar com um carinho maior para nós, Vereadores.

Eu não sei se o que está acontecendo é um problema de gestão, mas fica essa minha indignação. Ainda não tive papel no Executivo, mas no momento em que a gente assume uma Secretaria, nós recebemos o bônus e o ônus. O ônus é ouvir os Vereadores e nos relatar o que está acontecendo, ao menos nos dar respostas. É só isso o que eu peço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Presidente, Vereadores e Vereadoras, todos os que nos assistem, eu quero falar um pouquinho sobre promessas. Não é porque eu sou de partido independente – graças a Deus! –, mas há muito tempo eu tenho visto, principalmente na época que antecede às eleições, promessas. Eu acho que a nossa Cidade merece há muitos e há muitos anos o metrô. Só que essas promessas têm que

ser feitas, Brasinha, e deve ter uma data para se cumprirem essas promessas, porque o povo, aquele povo mais humilde, Pedro Ruas, não consegue entender para quando é esse metrô. Será que é para a Copa? Mentira, não tem nada para a Copa do Mundo. Será que é para as Olimpíadas? Mentira, não tem nada para as Olimpíadas. Então, vamos começar a falar a verdade para esse povo, porque os Vereadores que caminham na cidade de Porto Alegre é que vão ouvir, e muito. Eu, Pedro Ruas, fico muito triste quando se usa esse artifício com o povo. A Arena linda do Grêmio! Estamos esperando o entorno bonito. Quando? Não sei. Pedidos de Providências eu tenho feito muitos, mas muitos. O tratamento com o Secretário, não tenho nada a reclamar. O Bernardino mostrava aqui fotos de um buraco. Se aqueles bueiros, aquelas tampas estão sendo roubadas, vamos fazer uma segurança para aquelas tampas, Pujol. Quantos pedidos eu fiz – a gurua ia trazer para mim, não sei se vai dar tempo – sobre as árvores de Porto Alegre! Na Igreja das Dores tem três para cair; aí, quando caem... E este Vereador mora ali há 13 anos, antes de ser político. Aí tu vê uma na Redenção, que levou uma pessoa ao óbito.

A minha reclamação com os departamentos, Pedro Ruas, não é que eles não vão fazer; eles vão fazer. Eles vão lá e cortam a árvore pela metade e deixam 15 dias para ir lá tirar. Aí é difícil! Por que esse serviço não pode ser feito em dois dias ou um dia? Cortar a árvore, botar no caminhão e levar! Igual à formiga, que corta a folha e já leva para o seu ninho. Eu estou falando isso aqui porque sou cobrado aí fora, eu sou cobrado aí na rua como Vereador, e quero que as pessoas me cobrem mesmo. Então, eu venho aqui não só como um cara independente, mas venho aqui como um cidadão pedir aos departamentos que Porto Alegre... Detalhes, pequenos detalhes, Pedro Ruas, podem ser sanados, e Porto Alegre pode ficar uma cidade linda. Ali no Centro, a nossa rua que nos dá tanto orgulho, a Rua da Praia, que não tem praia; a Ladeira, quando tu sobes, aquilo está tudo quebrado! Aí o vizinho me chama: “Tarciso, olha a minha calçada, impecável!” Que negócio é esse? Eu quero que tu cuides da tua casa, mas da minha eu não cuido. Aí é muito difícil!

Prefeito, eu venho aqui como cidadão, como Vereador, nesses espaços, para falar principalmente sobre essas árvores do Centro de Porto Alegre. Elas podem ser cortadas, Nereu, e árvores novas podem ser colocadas, porque tudo na vida se renova. Tem que

mostrar para o povo que aquela árvore está condenada, ela não aguenta mais sobreviver três ou quatro anos, ela vai cair, e não se sabe em que hora e em cima de quem.

Esse olhar para a nossa Cidade, esta Capital tão maravilhosa, tão linda, que nós adoramos, temos orgulho de morar aqui, eu acho que chegou o momento de olhar e agir, ajudando no desenvolvimento e na beleza desta Cidade. Está aí a Copa do Mundo, estão aí as Olimpíadas.

Presidente, era isso aí, obrigado, espero que os departamentos todos – onde eu sou bem recebido – procurem atender, que cortem e levem as árvores, e que olhem com mais carinho pela nossa Cidade, que está faltando muito ainda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, venho aqui falar na Liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores. Hoje, quero falar particularmente para quem está nos ouvindo, pela grande audiência que nós temos principalmente de uma quantidade de pessoas aposentadas, são da boa idade, e outros que nos assistem pela televisão. Quero fazer aqui um resgate de um processo histórico da política relacionada a Porto Alegre e a sua relação com os governos das áreas federal e estadual.

Venho a esta tribuna sempre para trazer a responsabilidade do Governo Federal e do Governo do Estado, em primeiro lugar, ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores; em segundo lugar, em conjunto com os aliados que governam o Brasil e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, com a vinda da Presidenta Dilma, neste final de semana, confirmou-se o que nós já havíamos falado nesta tribuna: existem, nada menos, nada mais, em torno de R\$ 5,4 bilhões já destinados para a Capital gaúcha. E eu falo aqui para os senhores e senhoras ouvintes que, na história do Brasil, nunca houve a quantidade de recursos destinados a Porto Alegre. E a Presidente veio aqui e anunciou, em conjunto com o Governo do Município e o Governo do Estado, a decisão pela implantação de um equipamento público de transporte urbano, o metrô. Isso não é pouca coisa, isso é uma postura republicana e faz parte de um projeto de desenvolvimento.

Além disso, além do metrô, foi anunciado o prolongamento da Av. Protásio Alves ligando Viamão e Alvorada; a ampliação do corredor de ônibus do chamado Caminho do Meio, num investimento de R\$ 145 milhões.

Ontem à tarde, quando ingressava em Porto Alegre pela Av. Castelo Branco, eu olhava e dizia: como é feia esta nossa entrada da Cidade! Eu não encontro uma pessoa que a ache bonita! E também precisamos de recursos para o projeto para que possamos não só para ampliar, nós temos que fazer uma campanha para que, além de ser ampliada a entrada da Cidade, ela também deve ser revitalizada. A entrada tem que ser o cartão postal de Porto Alegre. E não aqueles paredões cinzas, sujos em uma via que é um túnel, um corredor.

A Presidente anunciou a perimetral metropolitana que relaciona Porto Alegre, Viamão e Alvorada, onde circulam por dia 443 linhas de ônibus para que a mobilidade urbana da Capital se torne uma realidade.

Quero trazer novamente o que já trago há 30, 40 dias nesta tribuna: Prefeito Fortunati, esse projeto é em parceria; agora, a Prefeitura tem que corrigir o seu processo de elaboração e de gestão de projetos, porque as obras que estão em andamento hoje estão paralisadas pela deficiência na condução local dos projetos. Nós estamos aqui não só para criticar, mas para alertar, para encontrar solução. O que não dá é conquistarmos os recursos e depois as obras ficarem paralisadas ou conduzidas de maneira insuficiente. Queremos realizá-las com rapidez, qualidade, democracia e que os recursos públicos sejam bem aplicados.

Portanto, reafirmo que o PT faz bem para Porto Alegre. Está aí o exemplo do Governo Federal, do Governo Estadual junto com a Administração Municipal. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores que assistem esta Sessão; funcionários; jornalistas; senhoras e senhores; o PDT – partido que detém a maior bancada nesta Casa – realiza

hoje a sua 38ª reunião regional, encerrando, em todo o Rio Grande do Sul, encontros regionais para discutir as eleições do ano que vem. Das 37 coordenadorias já ouvidas em todo o Estado, ficou manifestada a tendência para candidatura própria no ano que vem. Hoje, em Porto Alegre, essa tendência deverá ser mantida; a candidatura própria do Deputado Vieira da Cunha está se tornando uma realidade partidária para o Partido Democrático Trabalhista. Claro, não há unanimidade, e eu acho que é importante, porque há vozes discordantes. Isso só fortalece, porque eu tenho afirmado que o melhor da democracia é o contraditório, é o contraponto, é a divergência democrática aberta. Deve ser, dia 7 de dezembro, realizada, então, uma pré-convenção, porque, como se sabe, o Governador Tarso Genro, com seu Governo multifacetário partidariamente, também inclui o PDT em Secretarias importantes. E mais, o Governador ofereceu e ainda mantém o convite até dia 7 de dezembro... Se o PDT aceitar, terá uma Secretaria de Infraestrutura, que é uma Secretaria poderosa e bastante forte no Governo Tarso Genro. O partido, que se chama Democrático Trabalhista, não podia, evidentemente, ter outra atitude a não ser o exercício pleno dessa democracia interna, então, vai chamar – já está a data afixada para dia 7 de dezembro – para uma pré-convenção. Os delegados – livremente escolhidos em todas as convenções municipais do PDT no Rio Grande do Sul, os delegados representantes dos Municípios, e os delegados representantes de Porto Alegre – dirão se preferem a candidatura própria ou a aliança com o Partido dos Trabalhadores, Governo do qual fazemos parte aqui e com a Presidente Dilma Linhares. Então, desenha-se para o PDT uma manifestação livre e democrática para o dia 7 de dezembro. Mas hoje queremos registrar, em nome do partido aqui na Câmara, que estamos contentes pelo fato de o partido buscar as suas bases. Eis que hoje, repito, é a 38ª Reunião de Coordenadoria, é a última, o que quer dizer que 38 reuniões foram realizadas, o que, convenhamos, é ouvir realmente as bases. Então, em todos os pontos do Rio Grande do Sul, das cidades mais importantes até os rincões mais humildes, todos os companheiros foram chamados a se manifestarem, e ficou uma tendência praticamente pré-estabelecida, salvo melhor juízo, pois até 7 de dezembro pode mudar muita coisa, e a tendência é de que o PDT – no primeiro turno, evidentemente, porque no segundo turno há outra negociação – vá com candidatura própria, que será, porque não se manifestaram outros candidatos, o Deputado Vieira da Cunha, porque ele tem todas as condições: tem honorabilidade, tem probidade, tem uma folha partidária inextinguível, tem o

reconhecimento dos companheiros e, no caso de Porto Alegre, sem dúvida nenhuma, é o Presidente do Diretório Metropolitano, já o foi outras vezes. É um companheiro que, inclusive, teria uma eleição tranquila para Deputado Federal e está oferecendo seu nome para candidatar-se a algo cujo resultado não se sabe. Não podemos desconhecer também que o Deputado Vieira da Cunha está em um momento em que não está egocentricamente pensando no seu projeto pessoal, na sua candidatura a Deputado Federal, na qual seria tranquilamente reeleito. Por isso, nós concluimos dizendo que o PDT está forte, tem 70 prefeituras, vice-prefeituras, quase mil vereadores e hoje vai ratificar, porque a bancada toda de Porto Alegre – eu falo em nome dela – está, primeiro, com a candidatura própria; segundo, com a preferência de o Deputado Vieira da Cunha ser o nosso candidato. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Nereu D'Avila, escutei atentamente o discurso que V. Exa. proferiu aqui falando sobre candidatura própria, e eu, como não gosto de meter o meu bedelho nos outros partidos, mas posso aplaudi-los e posso festejar algumas candidaturas, como essa do PDT – o Deputado Vieira da Cunha, realmente tem todas as credenciais para ser um grande candidato a governador e até mesmo Governador. E eu tenho certeza de que o PDT não se enganará pelo canto de sereia do Governador Tarso Genro, querendo se meter nos outros partidos em troca de uma Secretaria; o PDT tem tamanho suficiente para não deixar se envolver nisso. Falo isso como uma homenagem ao partido, o PDT, nosso parceiro aqui na Prefeitura, e uma homenagem pessoal ao candidato do PDT, Deputado Vieira da Cunha, pelo qual eu tenho uma amizade e uma admiração muito grande.

Também, nessa mesma linha, eu posso dizer que é um pouco difícil de defender a candidatura do Governador Tarso Genro, porque, se nós acompanharmos os últimos acontecimentos nas estradas do Rio Grande do Sul, Ver. Brasinha, se nós acompanharmos a desgraça que ele fez com as estradas do Rio Grande do Sul... Primeiro, liquidando com o DAER, porque não teve competência para administrá-lo, por

alguns motivos. Primeiro, ele quis implodir o Deputado Beto Albuquerque, que vinha crescendo muito, e o Governador Tarso Genro, esperto que é – eu não posso tirar isso, ele é inteligente –, ele deu uma esfriada no Beto Albuquerque, conseguiu fazê-lo sair da Secretaria de Infraestrutura. Também criou a EGR – Empresa Gaúcha de Rodovias, mas a única coisa que essa empresa não faz é rodovias, e nem cuida das que possui. Hoje, todas as manchetes falam dos pedágios que a EGR voltou a cobrar, com incompetência até para cobrar, só cobrar. Até agora, essa empresa, todo o dinheiro que arrecadou, ela pagou os CCs do Governo do Estado. Não fez um metro de asfalto, não recuperou um buraco sequer em todas as estradas que eram pedagiadas e que tinham boas condições para tráfego. Pois, em pouco tempo, o Governo do Sr. Tarso Genro conseguiu liquidar com o DAER. Ele não conseguiu nem fazer a licitação para os pardais. Nem isso ele conseguiu fazer! Não conseguiu esclarecer as falcaturas do DAER, uma empresa antiga, que prestou muitos serviços para o Rio Grande do Sul. Ele desmoralizou os funcionários do DAER, desmoralizou o DAER, criou outra empresa para colocar os seus amigos lá, só que esqueceu do principal: as estradas do Rio Grande do Sul precisam ter condições de trafegabilidade, que deixaram de ter.

Com essa fotografia da cancela que acharam no meio do mato... Mas não é verdade, essa cancela teve que ser feita às pressas e pintada para tirar a foto. Depois dessa foto, a fotografia triste é a fotografia das estradas do Rio Grande do Sul. Só cobram. A EGR foi criada para dar empregos e para cobrar dos gaúchos por um serviço que não presta. Ainda bem que o Ministério Público fez uma intervenção, e o juiz concedeu. O Governo apelou, e o Tribunal manteve a liminar para que o Estado não cobre antes de prestar serviço. E, do jeito que vai, não prestará esse serviço. Por quê? Porque não tem competência e porque a única vontade é cobrar pedágio. Então, PDT, PMDB, todos os partidos: não caiam no canto da sereia do Governador Tarso Genro. Antes, que ele mostre competência e depois faça aliança. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero registrar a presença do Ver. Antônio Carlos Alves, do Sr. Édio Estivaleta Bilhalva, do Sr. Moacir Godói, e do Sr. Esdras Alves, todos de Nova Santa Rita, do partido do Ver. Bernardino Vendruscolo, o PROS.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, no dia de hoje, aqui na Casa, se repercutem com mais intensidade alguns fatos que, nos últimos dez dias, estão tomando conta do noticiário nacional, todos eles antevendo os pleitos eleitorais de 2014. E tudo, Ver. Aírto Ferronato, Líder do Partido Socialista Brasileiro, em decorrência das negociações organizadas pelo partido de V. Exa., que redundaram no acolhimento da sigla socialista da organizadora da Rede, que passou a ser integrante do PSB há cerca de dez dias, e, conseqüentemente, dando uma reviravolta no processo político brasileiro.

Não é noutro clima que nós assistimos, no sábado, a manifestação da Exma. Sra. Presidente da República Dilma Rousseff, sobre a qual o Ver. Engº Comassetto, na continuação de um trabalho que vem continuamente realizando desta tribuna, faz proclamações as mais efusivas possíveis. Eu quero, com toda a lisura, sendo um homem de oposição, Ver. Cassio, cumprimentar a Presidente da República pelos anúncios que fez no sábado, especialmente pela ênfase com que reconheceu o entusiasmo e, sobretudo, a pertinácia com que o Prefeito José Fortunati persegue essa ideia do metrô. Ideia que não é nova, ideia belíssima. Há 20 anos eu escuto falarem do metrô. Eu quero, com todo o respeito à Presidente da República, dizer que, Prefeito Villela, eu estou mais ou menos naquela posição que o povo costuma dizer que é a postura de São Tomé, do ver para crer. Não é a primeira vez que eu vejo anúncio de valores consistentes para esse trabalho de realização desse sonho antigo dos administradores porto-alegrenses, e que o Prefeito Fortunati tem acalentado com muito vigor. Não é a primeira vez, repito, que anúncios de valores expressivos a serem aplicados nessa finalidade se fazem aqui na Cidade. Lembro: há cerca de dois anos, era um bilhão de reais que sugeri. Esse bilhão, depois, num determinado momento, só seria repassado no final da obra. Hoje, na nova modelagem que se estabeleceu parece que será ao longo dessa obra. Então, com toda a sinceridade de quem quer que esse sonho do porto-alegrense se realize e que ele possa ver ainda, e que eu possa ver ainda, com toda a sinceridade, eu quero dizer que não podemos ser muito efusivos nesses anúncios, porque eles podem repetir, por exemplo, o anúncio, há dois anos e meio, da segunda ponte do Guaíba – para a qual até hoje não tem o projeto.

Nós sabemos que o anteprojeto do metrô, na formação da modelagem que acabou sendo feita, mudou-se consideravelmente, reduzindo sua extensão, e, de certa forma, inclusive, a sua rota. Por isso tudo, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, realisticamente, sem nenhum pessimismo e nenhum falso otimismo, não querendo entrar no oba-oba do discurso pré-eleitoral, estou vindo à tribuna, Ver. Idenir Cecchim, rogando a Deus para que esses anúncios efetivamente se concretizem com a probidade devida, porque hoje os recursos anunciados, se buscar, não existem, poderão começar a existir no ano que vem. Os recursos orçamentários têm que ser previstos. O orçamento neste ano não tem nenhuma previsão quanto a isso. Queira Deus que no orçamento do ano vindouro já seja previsto alguma coisa, e nunca será nesse entusiasmo do Ver. Engº Comassetto, que insiste em querer mostrar para Porto Alegre cinco bilhões de recursos comprometidos com a nossa Cidade que não conseguimos enxergar.

Por isso, Sr. Presidente, com tranquilidade, mas com muita firmeza, eu declaro no dia de hoje, dia 14 de outubro de 2013, que gostaria de, pelo menos, daqui a cinco anos, estar entre os amigos e as amigas que hoje aqui me ouvem, para festejar alguma coisa, porque o anúncio por si só não restabelece a esperança; e de esperança também se vive, mas não nos dá nenhuma segurança, Prefeito Villela. E V. Exa. ouviu muitos anúncios no seu período na Prefeitura, e como era duro lutar para que se concretizassem depois. Isso que nós tínhamos, lá em Brasília, amigos sinceros que tinham feito parte da sua equipe e que lutavam por esta Cidade. Concluo, Sr. Presidente, dizendo, de forma muito firme, muito segura e muito objetivamente, que a alegria de hoje não seja a frustração de amanhã. Eu desejo, eu faço e proclamo, neste dia expressivo a que já me referi. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Quero informar mais uma licitação que está sendo feita: todo o segundo andar sobre a rampa e portarias.

Convido a todos, a partir das 19h, para a audiência pública do projeto da orla do Guaíba. A partir das 18h30min, no Plenário Ana Terra, a OAB, a UNE, a UEE e a Câmara Municipal convidam para o lançamento da Frente Parlamentar Gaúcha pela Reforma Política, coordenada pela Ver.^a Jussara Cony e outros Vereadores.

(16h14min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento s/nº, de minha autoria, da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. REGINALDO PUJOL: O que está sendo votado mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Requerimento, de autoria do Ver. Janta, solicitando retirada de seu Requerimento s/nº, que requer renovação de votação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 246/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Está bem, vou respeitá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 167/13. (Pausa.) O Ver. João Derly está com a palavra para discutir o PLL nº 167/13.

O SR. JOÃO DERLY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, a Ver.^a Sofia está dizendo aqui que gostaria de encontrar a fórmula para emagrecer. Essa fórmula é fácil. Vou fazer uma pequena apresentação do projeto, que se chama Porto Alegre mais leve, que é o combate à obesidade.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. JOÃO DERLY: Eu fui estimulado a apresentar este projeto, que é simplesmente uma política de combate à obesidade e ao sobrepeso, estimulando a prática do exercício físico e da boa alimentação. Nesta pesquisa, constatamos que, em Porto Alegre, 55% da

população está com sobrepeso, e 20% já com obesidade. São índices alarmantes, fazendo com que eu fizesse este projeto.

O Ver. Tarciso há muito tempo está falando sobre a questão da boa alimentação, então me motivou a apresentar esse projeto. Oferecer informações básicas sobre alimentação adequada através de materiais informativos e institucionais, estimular o aleitamento materno como forma de prevenir a obesidade e a desnutrição. Como é importante o aleitamento materno, principalmente pelo contato da mãe com as crianças, pois ali começa a aproximação e não há alimento mais saudável do que o leite materno. Capacitar os servidores públicos municipais para trabalhar diretamente com a população, tornando-os agentes multiplicadores da segurança alimentar e nutricional. Porto Alegre mais leve é um projeto que prevê instruir uma política eficaz de prevenção e combate à obesidade através de algumas ações. Vou citar algumas: utilizar locais públicos, como parques, escolas e postos de saúde, para conscientização sobre os riscos da obesidade e do sobrepeso; combater a obesidade infantil na rede escolar, que é uma peça fundamental, porque esses índices são altíssimos na rede escolar, principalmente entre as crianças ele tem crescido muito, em virtude do *fast food*, da correria da vida, e os pais e mães, muitas vezes, estão trabalhando e as crianças acabam não recebendo uma alimentação adequada. Então, quanto antes nós trabalharmos a alimentação e inserirmos a atividade física e o esporte na vida das crianças, com certeza, teremos um ganho maior. Na Exposição de Motivos, eu citei o art. 3º da Lei Federal nº 80/1990, que define que a alimentação constitui um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde da população; e o art. 6º estabelece as atribuições específicas do Sistema Único de Saúde – SUS –, na vigilância nutricional e na orientação alimentar. O direito à alimentação saudável, portanto, é um dever do Estado. E, como descrito no art. 196 da Carta Magna, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais, econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. Então, nesse intuito, nós queremos desenvolver essa política para que as pessoas tenham conhecimento. As palavras básicas são combate, promoção, estímulo, conscientização da população da necessidade de uma boa alimentação e da prática esportiva. Vindo grandes eventos ao nosso País, tem que ser fortalecida a cultura

esportiva na nossa Cidade. Então, com esse intuito, espero que os Vereadores sejam favoráveis a esse projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLL nº 167/13.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos os que nos assistem. Quero, primeiro, parabenizar o Ver. João Derly pelo projeto – parabéns, João Derly! –, porque acho que vai dar uma bela contribuição para a nossa Cidade, para o nosso povo. Eu também fiz um projeto, mas visando mais as escolas, principalmente lá embaixo, no maternal, para que a gente possa criar, nessas crianças, um hábito alimentar para a vida adulta. Isto é importante: a atividade física, a alimentação, principalmente nas famílias carentes, que têm dificuldade de dar uma boa alimentação para os seus filhos. O que eu considero uma boa alimentação? Eu, lá na minha infância, tive uma alimentação muito boa, muito especial, por isso ainda mantenho a musculatura e ainda jogo, aos 60 anos, o que é difícil. Nem todos conseguem, depois de 21 anos como profissional, continuar jogando futebol, porque sempre há alguma perda no nosso físico. E essas crianças das famílias carentes também devem ter uma alimentação boa, feita com frutas, com legumes, uma alimentação saudável. Não é aquela do cachorro-quente, da bolacha recheada, essa não leva a nada e não contribui nada para o futuro dessas crianças.

Então, eu ouvi atentamente o seu discurso sobre a alimentação; realmente, a população de Porto Alegre, hoje, tem uma obesidade muito grande. Eu estive vendo no google que a população dos Estados Unidos é a maior em número de obesos. Se vocês chegarem a Nova Iorque, Miami ou Los Angeles, verão do que aquele povo se alimenta: só lanche. Por isso há esse índice enorme de obesidade nos Estados Unidos, e o Brasil está indo para esse caminho. Então, a sua proposta, João Derly e o seu gesto é para que o Estado do Rio Grande do Sul possa entrar nessa dieta de praticar o esporte, fazer uma boa alimentação, para que a gente tenha mais saúde, vida longa, vamos dizer assim, pois hoje é contado no Brasil que se vive mais de 70 anos, e acredito nisso, e podemos viver muito mais do que 70 anos com dignidade e com saúde.

Então, esse projeto tem o meu apoio, tem o apoio do PSD, tem o apoio de um cara que luta muito por esse hábito alimentar saudável e pela atividade física, que é importante para essa criança que está praticando esporte e está se alimentando bem. Eu acho que a gente, neste momento, começa a ter uma visão melhor para a nossa Cidade, a cidade em que a gente vive, que é Porto Alegre, com menos violência, porque essas crianças vão estar ocupadas com esporte, vão estar com saúde, vão estar com vontade. Os sonhos, toda hora, passam na nossa cabeça quando criança – passou na sua, passou na minha, passou em todos aqui –, esse sonho bonito que a gente tem quando criança e que, muitas vezes, só podemos realizar, Fernanda, com saúde, boa alimentação, atividade física, só assim a gente consegue cumprir esse sonho na nossa vida.

Então, o seu projeto é magnífico, excelente, conta com este Vereador porque essa é a minha bandeira, essa é a minha luta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 167/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa-tarde a todos e a todas, em meu nome e em nome da minha Bancada, dos Vereadores Comassetto, Sofia, Alberto e Mauro Pinheiro, gostaria de parabenizar o Ver. João Derly por essa importante iniciativa que dialoga com o futuro da nossa Cidade, das nossas crianças. A gente sempre diz “das nossas crianças”, mas também os adultos e os idosos sempre estão em tempo de ter uma vida mais saudável, com mais qualidade, e isso, obviamente, implica diretamente ter peso adequado.

Nós já temos, no nosso mandato, projetos que dialogam com essa temática, Ver. João Derly. Um deles institui um programa gradativo em que se chegaria, ao longo de cinco anos, a ter 50% da merenda escolar oriunda de produtos orgânicos; por si só, a questão do alimento mais saudável.

(Procede-se à projeção de imagens.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Eu trago aqui o exemplo de alguns países que tiveram essa iniciativa chamada “ônibus a pé”. Talvez pudéssemos fazer constar no projeto

através de uma emenda, ou num futuro programa que o Executivo deve desenvolver. É uma iniciativa muito simples que basicamente mapeia onde moram os alunos, e um monitor passa na casa desses alunos e faz um ônibus a pé. Isso é divertido, é fácil, faz as crianças conhecerem a cidade e faz as crianças se exercitarem já no caminho da escola.

Vejam bem, há duas concepções: ou você cria um momento da atividade física, ou a atividade física está inserida no seu dia a dia, a todo o momento, como eu faço. Vocês percebem, no estacionamento aqui da Câmara, que eu me desloco de bicicleta, então, eu não preciso pagar academia, porque eu já faço academia indo às reuniões, vindo para a Câmara. Essa é uma iniciativa, por exemplo, que poderia estar inserida.

A outra, estudos mostram que o rendimento escolar aumenta em cerca de 30% quando as crianças se deslocam a pé ou de bicicleta até a escola.

Nesta outra imagem, é um projeto do Governo Federal, o “Caminho da Escola”, que fornece bicicletas para as crianças dos sertões e do semiárido, do Brasil todo, enfim, se deslocarem.

Eu trago aqui exemplos que podem ser contribuições para o projeto, para o Executivo, mas vejo com preocupação, João, porque vejam só: a questão das bicicletas, da ciclovia, é uma questão-chave para uma cidade mais saudável e para as pessoas que queiram viver, digamos assim, com um peso adequado. Mas o que vemos aqui no Município, infelizmente, é uma política que joga para a torcida em relação às ciclovias: do Plano Diretor Ciclovitário, com quase seus 500 Km, nós temos apenas 15, chegando a 20, ou seja, nós temos 2% ou 3% de ciclovias terminadas, em quatro anos de existência do Plano Diretor Ciclovitário. A seguir, nesse ritmo, nós demoraremos talvez 50, 60 anos para conseguir concluir o Plano Diretor Ciclovitário, e, o pior, o Município encaminhou para esta Câmara um projeto de lei que retira uma garantia, a de que 20% das multas de trânsito deveriam ser destinadas para a construção de ciclovias. Tramita, nesta Casa, um projeto de lei do Executivo que retira essa obrigatoriedade desta destinação de 20% das multas de trânsito. Portanto, corremos o risco de, no futuro, não termos dinheiro para fazer as ciclovias, coisa que hoje temos. Hoje, as ciclovias não saem do papel ou saem de forma muito lenta porque a Prefeitura ainda não topou a questão de fazer as ciclovias onde se deve, que é junto ao meio-fio, ao lado direito da pista, se necessário, retirando o espaço do automóvel estacionado. Então, enquanto a Prefeitura não entender que é por aí que se conseguirá fazer a Cidade se mover melhor, fazer com que as pessoas tenham uma

origem e um destino pela ciclovia, não vamos fazer este salto tão necessário. Então, hoje temos ciclovias que não são interligadas; em breve terá uma primeira ligação, o trecho um será interligado, mas mesmo assim é um trecho vinculado ao lazer, e da Av. Ipiranga que, infelizmente, nessa lógica de fazer de forma que não atrapalhe o automóvel, está sendo feita uma ciclovia com cinco mudanças de lado. A todo o momento a ciclovia vai passar de um lado para outro, o que vai impedir uma melhor mobilidade. O ciclista está sendo penalizado na ciclovia da Ipiranga. Na José do Patrocínio há duas sinaleiras, a da Lopo Gonçalves e a da República, que acabam sendo um penalizador também para o ciclista. O ciclista chega ali, aperta um botão e tem que esperar muito tempo até abrir a sinaleira para ele. Isso inibe o uso da bicicleta na Cidade. Então, parabéns, João. Estamos contigo. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 167/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Ver. João Derly, a sua iniciativa mostra uma preocupação com o bem-estar da população de Porto Alegre, qualidade de vida relacionada à alimentação, relacionada a posturas de cuidado, no caso, vi que V. Exa. propõe estímulo à amamentação materna, postura de alteração de políticas públicas, me parece quase, vamos dizer assim, um compêndio ou um estatuto talvez. Porque, Ver.^a Jussara, são vários os aspectos aqui colocados, e é óbvio que um tema complexo como este assim deveria ser.

O tema da obesidade, tenho certeza de que aqui não se trata de uma questão de preconceito, com forma, nem moldes, nem propostas de que todos tenham que ser magros, mas trata-se de evitar doenças, evitar sintomas, evitar uma situação previsível de adoecimento. Eu acho, Vereador, que esta Casa precisa retomar o debate que nós abrimos em 2011, e alguns Vereadores têm essa sensibilidade, no sentido de que não bastam as leis, é preciso transformá-las em direitos porque há várias iniciativas, o próprio Ver. Marcelo Sgarbossa aqui citou o seu exemplo da questão do alimento orgânico. Nós temos leis, já votadas nesta Casa, em vigor, como alimentação saudável na escola, que não pretende uma campanha desse tamanho, mas que pretende, pretendia modestamente que os bares e cantinas das escolas não fizessem apologia a alimentos

que engordam, alimentos que alteram as condições físicas, como os superaçucarados, os supersalgados, como os salgadinhos. Este é um projeto que – inclusive estamos tentando com a Vigilância Sanitária porque começou mais uma vez a Vigilância Sanitária a visitar as escolas –, depende, portanto, de ativação da política pública, porque há uma pressão, sim, do comércio, há uma pressão de vendas para que não se observe exatamente o que é mais saudável, mas, sim, o que é mais rentável, e lamentavelmente chegando às nossas crianças e adolescentes. O Ver. Adeli Sell também tinha um projeto de lei no sentido da diminuição do açúcar. Nós temos uma lei em vigor da compra direta de produtos hortifrutigranjeiros dos nossos agricultores, Ver. João Derly, algo que hoje a legislação federal favorece por demais, que é comprar diretamente dos nossos agricultores, e a Prefeitura de Porto Alegre não consegue realizá-lo. No ano de 2004, nós realizamos uma experiência-piloto, de ano inteiro, sendo que 21 agricultores da Zona Sul se envolveram, três escolas tiveram a sua alimentação revolucionada. É muito bacana, mas depende da vontade política de fazer do Governo Municipal.

Então, nós temos pelo menos duas leis de minha autoria, que, se estivessem sendo exercidas, já estariam favorecendo a intenção de sua legislação.

O tema da amamentação materna, eu acredito ser um pouco mais potente, ele já tem vários programas ligados à área da saúde bastante efetivos, o acompanhamento pré-natal, as ações dos hospitais materno-infantis são muito efetivas. Mas, de fato, isso tem que virar uma cultura de todos os agentes públicos que têm interação com a cidadania. Então, eu acho que a tua proposição vem reunir uma série de aspectos que até têm legislação específica, e nós vamos votar, Ver. Marcelo Sgarbossa, com essa intenção de que, de fato, ela revitalize, ela obrigue o Governo a pensar como fazer ações efetivas que se realizem. Então, o enunciado é muito importante, mas transformar leis em direitos, isso, de fato, é um grande desafio deste Parlamento. Há uma lacuna entre a lei votada, a lei discutida, exigida pela população e depois a execução. Então, esse é o sentido do meu voto, do meu apoio, e parabéns pela iniciativa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra para discutir o PLL nº 167/13.

A SRA. ANY ORTIZ: Boa-tarde a todos. É de extrema importância o tema trazido aqui pelo meu colega Ver. João Derly, não só pela magreza em si ou não. Eu acho que foi muito bem colocado pela Sofia, João, isso não é uma questão de as pessoas estarem acima do peso, é uma questão de saúde pública. E ambos os extremos, Sofia, são preocupantes. Em um País onde se tem milhões de pessoas passando fome, a gente também tem o grande problema da obesidade.

O projeto trata da obesidade tanto de adultos como de crianças, mas é importante dedicar a nossa atenção, o nosso olhar na obesidade das crianças, que acredito ser muito mais preocupante, porque precisamos de uma política pública e não uma mera lei aplicada ou não. O Poder Público precisa saber o que as nossas crianças estão comendo, o que está sendo oferecido nas escolas, nas cantinas. É de extrema importância, Sofia, o que colocaleste, porque a escola está no primeiro plano, ela tem a responsabilidade, porque as crianças passam a maior parte do tempo lá, e os pais precisam estar seguros de que lá elas estão tendo uma boa alimentação.

Aproveito a oportunidade para fazer uma pequena homenagem aos professores que são responsáveis e cuidam da saúde das nossas crianças a maior parte do tempo. O primeiro passo para um país sem desigualdade começa com a valorização dos nossos mestres. Aproveito que amanhã é o Dia dos Professores para homenagear os professores que temos aqui no plenário. Quero homenagear todos os professores de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, que têm um pleito muito grande por um salário igual ao dos professores do Brasil, que são pouco valorizados frente aos professores dos outros países do mundo. Que a valorização dos nossos mestres seja o caminho para um país mais desenvolvido. Quero parabenizá-los pela coragem, pela dedicação e pela persistência em educar os nossos jovens. Quero agradecer e mandar um abraço a todos os meus professores que tive ao longo da minha vida, pois foram muito marcantes e importantes para mim. Parabéns a todos os professores! Deixo um beijo enorme e um abraço de todo o coração. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 167/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, meu querido camarada e companheiro de Bancada, João Derly. Eu quero dizer que, com uma enorme satisfação, volto a esta Casa, 30 anos depois, Any, com a companhia do João Derly. O João Derly que hoje traz a esta Casa, ao povo de Porto Alegre uma grande oportunidade de garantir a saúde. A saúde como nós a entendemos de uma forma integral, de uma forma como um direito, de uma forma como um dever do Estado em todas as suas instâncias. Este é um projeto que segue, inclusive, a legislação federal, a legislação do nosso Sistema Único de Saúde, a 8.080, que foi uma das leis de regulamentação dos princípios constitucionais de tudo que se conquistou, como a saúde é dever do Estado e direito de todos, em um processo de muita luta da reforma sanitária e da Assembleia Nacional Constituinte.

Sem dúvida, a alimentação é um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde da população. Eu sempre ligo com a questão das plantas medicinais, até porque muitas delas são alimentícias. São medicinais e são alimentícias e ligam, então, com o conceito hipocrático, o conceito de Hipócrates, que é o pai da medicina, mas pelo conceito que nos deixou mostra que ele tinha a concepção da integralidade de atenção e da equipe multidisciplinar, porque Hipócrates deixou escrito: “Seja o teu alimento o teu remédio, seja o teu remédio o teu alimento”. Pela alimentação, nós podemos... Nós não nascemos doentes, nós somos adoecidos pelo mundo do trabalho, nós somos adoecidos pela fome. Acho que a Any levantou muito bem essa relação: enquanto milhões passam fome, outros não têm alimentação adequada e uso adequado desse bem que é a alimentação, que é um bem que vem da nossa natureza e que gera milhares de empregos, gera renda, gera profissões, inclusive, como as profissões da saúde.

Então, o processo, dentro do Sistema Único de Saúde, da vigilância nutricional e da orientação alimentar, é a educação para a saúde. A educação para a saúde é um componente estratégico, João Derly, e tu pontuas isso muito bem para a alimentação adequada, para a qualidade de vida e o direito, portanto, a essa alimentação saudável. Eu falava há pouco sobre as plantas medicinais, que muitas são alimentícias. Vamos pegar o exemplo do alho. O alho é um potente desinfetante das vias áreas respiratórias; o alho é medicinal, é um alimento e é também uma planta aromática – extraem-se óleos essenciais do alho. Achei muito interessante quando o Ver. Sgarbossa adicionou essa questão do componente do exercício físico. E eu queria adicionar aqui também qual é a

porta de entrada. É como o João Derly diz: nos postos é a ação. Nós temos que ter uma ação para isso, e esse teu projeto vai nos oportunizar que Porto Alegre seja a porta de entrada para fortalecer a atenção primária em saúde, porque é na porta de entrada do SUS que se faz educação, que se faz a prevenção.

Outro aspecto que tu levantas é o aleitamento materno. Nós temos que lutar muito, e chamo muito a atenção dos Vereadores, das minhas companheiras Vereadoras mulheres para que se implante em todos os lugares deste País, o que é lei, nós fizemos a primeira empresa pública do Brasil, do Ministério da Saúde, no Governo Lula, nós fizemos a mesa de negociação no Grupo Hospitalar Conceição da extensão da licença-maternidade para seis meses, porque aí já entra o principal componente: o aleitamento materno como principal componente para a saúde e para educação para a alimentação. Por fim, este é um projeto que, se a gestão entender e fizer gestão pública mesmo, Ver.^a Sofia Cavedon, a senhora que é da área de educação, faz essa relação que a senhora trouxe nesta tribuna: ele faz a transversalidade entre educação, saúde, esporte e lazer, e creio que podemos, com a aprovação da política de plantas medicinais, trabalhar sob o ponto de vista de buscar um sistema local de produção dessa cadeia produtiva, porque a alimentação saudável começa na produção dessa alimentação, na agroecologia, junto com os hortos medicinais, como um sistema local de produção, já visando à nossa merenda escolar. Então, é um projeto que dá uma potencialidade enorme à saúde da população. Oxalá, aprovemos por unanimidade! Oxalá, seja implantado pela gestão pública e como exemplo, Vereador. Acho que nós vamos ter um congresso da União dos Vereadores do Brasil – fui chamada para ajudar a construir – em que deve ser apresentado esse projeto para todo o Brasil. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 167/13.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezados colegas Vereadores e Vereadoras, o Ver. João Derly nos propicia hoje um debate sobre a vida, porque discutir a alimentação, as posturas e condutas saudáveis da vida nos permite aqui fazer uma reflexão. E eu quero pedir permissão ao Ver. João Derly e dizer que quero fazer essa relação aqui também

com a essência da vida relacionada à natureza. E faço também uma homenagem aqui aos engenheiros agrônomos, porque sábado, dia 12, também é o Dia do Engenheiro Agrônomo. Uma das essências da alimentação é a alimentação saudável, e nós temos, aqui em Porto Alegre, ainda uma quantidade muito grande de produtores, entre esses temos os produtores ecológicos, produtores orgânicos, e essa alimentação que temos que fazer chegar à cidade de Porto Alegre, na sua plenitude, fazer chegar às escolas, em um *link* dessa produção com a alimentação saudável. Já se diz que tendo solo saudável se tem vida saudável, porque a produção do alimento será saudável, será sem os produtos químicos, sejam eles... E vejam só, o que chamam de adubos, ou remédios para agricultura, todos eles trazem na sua composição o nome “cida”: herbicida, nematicida, acaricida, em que cida significa morte, matar os ácaros, os nematoides, mas isso mata também as pessoas que o consomem conforme a quantidade do consumo. E esses produtos, que já foram muito usados na agricultura, como os clorados, são cumulativos nas gorduras. E um dos primeiros alimentos consumido pelas crianças é o leite materno, que, se estiver contaminado por agrotóxicos, é transmitido à criança lá nas primeiras alimentações.

Portanto, João Derly, este projeto que você traz, não só para aprovarmos, porque já tem da nossa bancada, e creio que da totalidade dos Vereadores aqui, não só a simpatia, mas a postura de defender isto como uma cultura de sociedade, e este debate que o senhor traz para nós é importante. Eu quero fazer esta referência à agricultura, principalmente, colegas Vereadores, porque está chegando aqui nesta Casa o novo Código de Limpeza Urbana da cidade de Porto Alegre, e eu já tive a oportunidade de fazer alguns debates com o André Carús, que é o Secretário do DMLU hoje. E ali não tem um capítulo que trate com mais clareza de todo o destino da parte orgânica, ou seja, das podas, das capinas da Cidade. Nós estamos defendendo e sugerindo ao Governo que possamos destinar 100% desses resíduos orgânicos, vegetais e/ou animais para serem transformados em adubos orgânicos para levarmos aos nossos agricultores de Porto Alegre, que necessitam disso para produzir o alimento saudável que vai chegar à mesa dos consumidores.

Também, agora, na primeira semana de setembro, foi a Semana da Agricultura Ecológica de Porto Alegre, e a referência que temos é na nossa feira ecológica da Rua José Bonifácio, entre outras, que são o embrião, a essência dessa questão de qualidade de vida.

Então, quero concluir esta contribuição para o debate e dizer que o projeto do João Derly é um projeto que trata da essência da saúde e da vida. E a vida é o cosmos. Então, na visão holística, temos que tratar a lógica da produção como a lógica do consumo, como um processo de educação permanente. Um grande abraço, João Derly. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 167/13.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, primeiro, queremos parabenizar o Ver. João Derly por possibilitar a discussão nesta Casa sobre a questão da obesidade. Ele é praticamente aquilo que nós tratávamos há anos, Ver. Pujol, um projeto autorizativo, porque ele não está obrigando o Município e, quanto às diretrizes, o Município vai fazer ou não. Isso é uma coisa que temos que cuidar, porque, às vezes, a gente aprova, e o Município não está ali. Então, temos que ter cuidado com isso. Eu vejo este projeto mais como autorizativo, mas ele tem um lado bom, pois, hoje, a questão da obesidade é um grande tema mundial; a própria Organização Mundial da Saúde reconhece que a obesidade é uma doença e já é tratada como uma epidemia. E nós temos, cada vez mais, que nos preocupar com isso: recentemente saiu uma pesquisa que demonstra que 53% dos brasileiros são obesos. Eu quero trazer aqui, por exemplo, uma pesquisa que foi feita há alguns anos, em 2008, e depois repetiu-se em 2012, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que pesquisou 153 alunos da rede pública municipal, de 8 a 12 anos, e constataram que daqueles 153 alunos, 25% deles eram obesos, 25% semiobesos e 50% normais – dentro dos parâmetros do IMC, índice de massa corporal. No ano passado, quatro anos depois, as crianças que haviam sido analisadas quando estavam na faixa de 8 a 12 anos já estavam na faixa de 12 a 16 anos, constaram – não recuperaram os 153, mas conseguiram refazer com 124 alunos – que, daquelas 124, 50% obesos, 25% semiobesos e 25% normais; mostrando que isso está em ascensão. Ou seja, as crianças, quando jovens já estão obesas. Um outro dado da pesquisa: os pais não reconhecem seus filhos como obesos, que também é algo preocupante, porque hoje essa fofura entre nós parece que já faz parte do cotidiano. E um dado mais interessante, e esse sim é o que nos

pág. 46

preocupa: até então doenças cardiovasculares, quando tratarmos de triglicerídeos, colesterol, hipertensão arterial, são diagnósticos que normalmente são preocupantes a partir dos 40 anos de idade. O que se constatou é que essas doenças já estão nessa faixa etária. Então, hoje, essas doenças que seriam doenças de idosos, estão sendo diagnosticadas com Pediatras. Isso mostra a mudança que nós estamos fazendo na nossa sociedade. Então, isso pode nos dizer que as pessoas vão morrer mais cedo? Não. É que cada vez mais a questão dos medicamentos vai incidir de forma mais decisiva na vida das pessoas, porque isso ajuda muito na longevidade. Mas, na realidade, nós estamos formando pessoas que são uma verdadeira bomba-relógio com 13, 14, 15 anos. E daqui a alguns milênios nós vamos ter pessoas com 150, 160 kg que vão ser parâmetro. Claro que isso vai levar alguns milhares de anos, mas são mudanças radicais. Então, ou nós começamos a enfrentar a questão da obesidade, é por isso que eu quero parabenizar o Ver. João Derly, que traz essa discussão para nós, ou, senão, no dia a dia toda a população mundial estará perdendo. Mais uma vez, eu o parabenizo. Gostaria, Vereador, que o senhor fosse mais incisivo, só para não ser mais um daqueles projetos que nós aprovamos aqui na Casa e que ficam engavetados. Sei que não é essa a sua vontade, e talvez não seja a nossa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 167/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadores e Srs. Vereadores.

O Sr. Professor Garcia: V. Exa. permite um aparte?

O SR. REGINALDO PUJOL: Não poderia iniciar meu pronunciamento de forma mais consequente que não fosse a de ouvir um aparte do Vereador, meu querido amigo, Professor Garcia, pois faltou um pequeno pedaço para complementar o seu pronunciamento muito bem anteriormente formulado.

O Sr. Professor Garcia: Ver. Reginaldo Pujol, V. Exa. tem uma lei há alguns anos nesta Casa, que é sobre as mochilas, os pesos das mochilas, que também implica muito nessa questão da obesidade. Cada vez mais as pessoas estão carregando mais e isso cria uma série de lesões no organismo. Eu tinha que fazer este registro na sua presença.

O SR. REGINALDO PUJOL: Perfeito. Vossa Excelência me lembra desse fato, essa é uma lei em vigor pouco cumprida. Os colegas que me antecederam na tribuna foram todos unânimes em salientar a importância do projeto do Ver. Derly especialmente por promover este debate aqui na Casa, já que o assunto sobre obesidade é pauta mundial. Logo depois de mim o Ver. Dr. Thiago vai ocupar a tribuna e certamente, com os seus conhecimentos de médico altamente qualificado, trará novos enfoques à nossa discussão. Eu, pessoalmente, sempre fui, aqui na Casa, Ver. Villela, favorável aos projetos autorizativos, projetos que a Câmara Municipal autorizava o Prefeito a fazer determinadas coisas, e o Prefeito decidia, dentro da ação de programa de Governo, dentro das suas ambições, se faria ou não. Obviamente que mais tarde a Casa colocou precedentes pelo qual os projetos autorizativos não podiam mais tramitar. De certa maneira, esse assunto está sendo reabilitado com projetos de lei indicativos que o Ver. Bernardino vendruscolo, depois de longa e persistente campanha, conseguiu introduzir no nosso cotidiano. Muito provavelmente este projeto do Ver. Derly fosse quase que feito sob medida para ser um desses projetos indicativos. Porque V. Exa. não obriga ninguém a tomar nenhuma providência, mas elenca uma série de recomendações, todas elas buscando um objetivo final, que é o combate à obesidade. É lógico que, nesse aspecto nutricional, e eu não teria a pretensão de me aprofundar nele, há muitas realidades a serem discutidas. Ao longo dos meus 74 anos, eu já vi o ovo ser condenado, o ovo ser proclamado como de grande valor proteico e nutritivo, o mesmo ocorrendo com o chocolate, que agora parece que está sendo reabilitado pela revista Veja, que, na capa, manda as pessoas comerem chocolate sem culpa. Mas água mole em pedra dura tanto bate até que fura. V. Exa. faz uma campanha que alguém pode dizer: “Mas é inócua, estão recomendando ao Prefeito fazer convênios, coisa que não precisa recomendar porque ele já tem esse poder de fazer”. Mas ele está recomendando aqui que utilize esse poder e faça convênios com órgãos estaduais e federais dentro da proposta programática do seu projeto. Eu diria que a lei proposta pelo Ver. João Derly é uma lei programática, ela programa, estabelece, institui

alguns tipos de comportamento recomendáveis a serem realizados pelas pessoas que estejam em condições, no Executivo ou fora dele, de contribuir para que essas propostas se transformem em realidade.

Eu acho até, Vereador, que V. Exa., muito disciplinadamente e não querendo fazer polêmica com o seu projeto, até de certa forma, precipitou quando retirou o art. 4º e 5º por recomendação da Procuradoria. Acho que o art. 4º tinha uma característica positiva porque V. Exa., não querendo ferir a competência do Executivo, declinava para ele a possibilidade de ele regulamentar a matéria e dizer como ela iria ser executada. Como lhe disseram que era ilegal, isso comprometia o projeto, V. Exa. resolveu salvar o projeto, retirando parte dele.

Feitas essas colocações, que parecem até ser contraditórias, mas não são, quero dizer que, coerente com posições anteriores de quem nunca impediu que ninguém nesta Casa colocasse alguma ideia como proposta, coerente com tudo isso, vim aqui – já em outros projetos seus me manifestei nesse sentido – dizer que vou apoiá-lo, porque esta Casa tem que cumprir a sua vocação política. Nós temos que fazer a proposta de indução a determinadas políticas do Município, e quem tem hoje a competência para executar ou não essas políticas, para assumir ou não essas políticas, para optar ou não pela sua realização é o Executivo. Se o Governo quiser, pode seguir essa proposta que V. Exa. está apresentando, que não tem malefício nenhum, tem benefício que pode ou não ser admitido por quem tem direito de fazê-lo. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 167/13.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Ver. Mauro. Caros colegas Vereadores, caro João Derly, eu me obrigo a discutir esta matéria por vários motivos. Primeiro, quero agradecer a deferência do Ver. Reginaldo Pujol com relação à minha experiência enquanto técnico e quero dizer que tenho sentido este problema cada vez com mais intensidade principalmente na periferia da Cidade.

Nós podemos ter obesos desnutridos; isso eu quero deixar bem claro. Aquelas pessoas que fazem cirurgia de redução de estômago podem morrer por desnutrição, e não são poucos os casos em que acontece isso! Eles continuam sendo obesos, com grande índice de massa corporal, com um grande IMC, e desnutridos. Então, essas coisas que podem parecer completamente divergentes, que podem parecer completamente opostas, elas podem estar na mesma pessoa. A pessoa pode sofrer de duas patologias: obesidade e desnutrição.

Realmente, com relação à amamentação, ela é fundamental para as nossas crianças. A amamentação deve ser estimulada tanto na sala de parto quanto na sala de puerpério, nos nossos hospitais públicos e nos hospitais particulares. Para isso, Ver. João Derly, nós precisamos melhorar muito a questão dos nossos hospitais e das nossas maternidades para fazer com que isso que V. Exa. está dizendo realmente seja possível: um atendimento ao parto humanizado. A gente tem que dar possibilidade às mulheres de terem analgesia de parto, e sobre isso as gestões públicas municipal, estadual e federal têm que se debruçar. Analgesia em trabalho de parto com o firme propósito de estimular o parto normal tem que ser uma persecução nossa enquanto legisladores. Quero deixar bem claro que o obeso – e aí, eu que tenho sobrepeso também falo um pouco sobre isso –, ele não é um preguiçoso, Ver. Villela, ele, muitas vezes, leva a pecha de ser preguiçoso, ele sofre *bullying*! E isso é muito importante que fique claro. As nossas crianças, a obesidade – o João trouxe bem os dados aqui, nós temos mais da metade da população nesse estado, com sobrepeso ou obesidade. E essas pessoas são tachadas de preguiçosas! Elas, muitas vezes, têm outras patologias acopladas, até a própria compulsão alimentar! E elas não são preguiçosas, elas sofrem de um problema metabólico, muitas vezes. E sofrem *bullying* nas escolas, as crianças!

Quantas vezes nós observamos queda de rendimento escolar, crianças deprimidas, crianças até com risco de suicídio, porque sofrem *bullying* nas escolas. E nós precisamos atentar muito para isso.

Eu quero dizer também que propus nesta Casa um processo que vai ser longamente discutido, para pessoas com obesidade, que têm obesidade mórbida e que tiveram que fazer cirurgia de redução de estômago. E essas pessoas que têm esse grave problema de saúde, que aumenta a pressão, que dá início ao diabetes e que faz com que ela tenha uma qualidade de vida e uma morbidade e mortalidade aumentada, num processo de

cocriação de leis, com a participação da sociedade civil organizada, trouxeram sugestões e formularam junto conosco políticas públicas para serem implementadas aqui. Isso deve ser, sim, alvo de grande discussão para esta Casa, que essas situações não podem – como ocorreu há pouco tempo – ser tratadas da forma leviana com a qual foram tratadas. Essas proposições são corretas, são proposições que têm fundamento técnico; quando chegar a época, vamos trazer a discussão da questão da obesidade, vamos trazer os grupos que participaram. Tem fundamento técnico e tem condição de ser implementado, porque já é implementado em alguns bares e restaurantes de Porto Alegre. Então, eu quero dizer que, sim, Ver. João Derly, sou favorável ao seu projeto, mesmo que, eventualmente, não possa votar, quero deixar registrado isso. E quero dizer que, sim, nós temos que ter muita atenção com relação aos obesos que sofrem, sim, muito preconceito. As crianças sofrem, sim, muito *bullying*. Isso precisa ser muito bem olhado pela nossa sociedade. Muito obrigado, e parabéns pelo Projeto.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 167/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, primeiro, quero cumprimentar o Ver. João Derly por trazer este assunto à Câmara Municipal de Porto Alegre, e buscar, com esse programa, certamente, uma melhor educação alimentar e políticas públicas de promoção de alimentação e hábitos saudáveis que contribuam no sentido da efetivação dos exercícios físicos como prática na nossa vida.

Podemos discutir esta matéria nos dois âmbitos. Primeiro, na contradição da sociedade em que vivemos, sociedades que, por um lado, não venceram a fome, e que, por outro, cada vez mais, aumentam o número de pessoas em situação de sobrepeso, ou como bem falaram vários Vereadores, já em situação de obesidade.

Estamos num planeta no qual um bilhão de pessoas passam fome anualmente, em geral, é essa a estatística, nós estamos falando de muitas pessoas que têm alguma dificuldade

para consumir alimentos, e que, infelizmente, a fome ainda é uma das *causa mortis* no nosso planeta. E, por outro lado, tem registrado o aumento da produção e do consumo de alimentos que não são saudáveis.

Eu lembrava, enquanto os Vereadores falavam, daquele filme do Michael Mudd, em que ele passou um mês comendo *fast-food* manhã, tarde e noite, engordou mais de 12 quilos, e os índices de colesterol, triglicerídeos, e todo esse controle que fazemos do ponto de vista do nosso sangue e da nossa saúde, estavam absolutamente preocupantes, procurando apenas uma rede de *fast-food*, chamada McDonald's, campeã em baixos salários, em assédio moral, em péssimas condições de trabalho, também é campeã em alimentos que são absolutamente calóricos, mas que, por outro lado, conquistam as nossas crianças. E por que eu vim fazer esse debate em relação à produção e a essa lógica vinculada ao consumo? Porque é absolutamente preocupante que nós tenhamos o estímulo a esse tipo de alimentação sistematicamente bombardeando as crianças na televisão, nos *outdoors*, em cartazes, seja a questão dos *fast-food*, sejam alimentos que claramente não são saudáveis e que têm altos índices de gordura trans, que nós podemos encontrar em vários tipos de bolachinhas recheadas, que são sistematicamente oferecidas às crianças; refrigerantes, enfim... Há uma série de alimentos que preocupam, e que, ao mesmo tempo, estão presentes não só na televisão, como nas cantinas das escolas.

Existe um projeto – já discutimos na CECE –, aprovado por esta Câmara muito antes de eu estar Vereadora, que estimulava a venda de alimentos saudáveis dentro das cantinas das escolas. E não tem fiscalização! Nós discutimos, junto com a turma da nutrição, uma vez, na Comissão de Educação – acho que o Ver. Tarciso deve lembrar –, países que têm regulamentada a proibição de propagandas, vinculadas ao público infantil, de alimentos que são claramente prejudiciais à saúde, alguns quando em demasia – chocolate pode se comer, evidentemente, durante a semana, desde que não seja uma barra por dia. Todos os alimentos podem ser saudáveis, desde que dentro dos parâmetros daquilo que compõe uma alimentação saudável. Mas não pode ser que a criança e o adolescente vão comer na cantina da sua escola e tenha lá só rissoles, cachorro-quente, alimentos fritos ou com outros alimentos que são questionáveis, como a questão da própria salsicha, que é um embutido e que tem em si uma série de conservantes que não fazem bem à saúde.

Esse debate tem que ser feito em todas as vertentes que são importantes. E eu acho que, do ponto de vista da política pública – falei alguns exemplos de legislação –, a questão, por exemplo, do controle educacional dentro das escolas, da pesagem, do acompanhamento das nutricionistas e das técnicas em nutrição desde pequenos é um dos temas que nós temos que fazer aqui na Câmara. Faz muito tempo que não abre concurso, Ver. João Derly, para nutricionista e para técnicos em nutrição, para que se possa fazer essa política na escola para ajudar as crianças e para evitar o *bullying*, que é, de fato, Ver. Dr. Thiago, inaceitável, uma marca indelével na vida de qualquer criança. Então, nós precisamos pensar esse conjunto de políticas públicas que a Câmara de fato pode avançar, o senhor deu o pontapé inicial, estamos fazendo um belo debate na tarde de hoje, pode evidentemente contar com o voto da Bancada do PSOL no seu projeto. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 167/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 167/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 167/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 8 de outubro de 2013.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, da Ver.^a Sofia Cavedon e do Ver. Engº Comassetto, ao PLE nº 038/12.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, da Ver.^a Sofia Cavedon e do Ver. Engº Comassetto, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

Em discussão o PLL nº 113/13. (Pausa.) O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 113/13.

O SR. ALBERTO KOPITTKKE: Caros colegas, muito boa tarde, eu ainda não tinha tido a oportunidade de vir à tribuna hoje. Os meus cumprimentos ao colega João Derly pelo brilhante projeto. Eu fiquei acompanhando a discussão e, como me senti contemplado, acabei não ocupando a tribuna, mas os meus cumprimentos pelo projeto Porto Alegre mais leve, futuramente lei municipal.

Venho aqui para dizer que acho que é louvável a iniciativa do nosso colega Chistopher, com quem venho mantendo uma interlocução, acompanhando o trabalho. Conversamos muitas vezes, inclusive a partir de um debate que o Presidente Dr. Thiago promoveu aqui, sobre as reformas de base, e, lembrando que recebemos o Ministro Almino Afonso e Waldir Pires, foi um debate maravilhoso. Eu tive a oportunidade de trabalhar com o Dr. Waldir Pires e, desde então, venho mantendo uma interlocução com o Ver. Christopher, nós compomos a bancada aqui dos jovens. E eu acho que é relevante destacar esse esforço que ele vem construindo pelo resgate à memória. Esse é um tema ainda quase que esquecido no nosso País, ao longo do processo de transição democrática, processo ainda inacabado da construção da nossa democracia, que eu venho até estudando, é objeto do meu mestrado, a justiça de transição, Ver.^a Sofia. É uma doutrina jurídica de como nós passamos de regimes autoritários para democracias. Isso se construiu muito, por exemplo, na África do Sul, na Espanha, em Portugal, em toda a América do Sul. E nós temos exatamente a discussão... Para que os princípios democráticos se consolidem, efetivamente, nós precisamos fazer: primeiro, um processo de reparação às vítimas do regime autoritário; segundo, alguns países o fazem no sentido da responsabilização de algumas ações fora do regime, ações de lesa-humanidade; um terceiro pilar é a reforma das instituições, por exemplo, a segurança pública. Nós não fizemos essa transição no Brasil; todo o aparato de segurança do regime militar seguiu trabalhando no regime democrático, e isso não é comum, na maioria das transições é feito um processo de transição sem perseguições, mas para que possa se iniciar uma nova etapa sem carregar aquelas máculas do regime que passou. E o quarto elemento, que é o direito à memória e à verdade. E é nesse sentido que o Christopher, nosso colega aqui, junto com a Comissão de Anistia, com a Comissão da Verdade, a Comissão de Mortos e

Desaparecidos, tem liderado, em nível nacional, uma belíssima iniciativa de resgate da memória e da verdade sobre efetivamente o que aconteceu no regime autoritário e no regime militar que nós vivemos. E o elemento inicial da discussão da memória é exatamente sobre o período de 1964. Efetivamente, o que acontecia nos meses que antecederam o golpe? Qual o caráter do regime de governo que o Brasil tinha naquele momento do Presidente João Goulart? Nós estávamos à beira de nos tornarmos uma ditadura comunista ou nós tínhamos um governo democraticamente eleito defendendo reformas democráticas e fundamentais? E até hoje o País paga o preço, inclusive para um bom capitalismo, para se desenvolver enquanto uma nação de economia aberta. São reformas que todas as nações desenvolvidas fizeram e, naquele momento, foram interrompidas por interesses que ainda hoje vão se descobrindo; conforme se abrem os arquivos, vão se descobrindo os interesses, o jogo internacional por trás do golpe que tivemos em 64.

Então, acho que esse resgate que o Christopher traz merece ser destacado, louvado por nós para que nós possamos, aqui na nossa Capital, para onde o Presidente veio, abrir essa discussão e mantê-la viva.

A Sra. Jussara Cony: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar o Ver. Christopher. Eu venho desse tempo, venho da juventude, da legalidade. Sem dúvida, o comício da Central do Brasil foi o momento ápice para um golpe que já vinha se preparando há mais tempo e que pela resistência, que começou com o povo gaúcho, sob a liderança do Brizola, e se espalhou para todo o Brasil, não aconteceu em 61, foi acontecer em 1964. E V. Exa. tem razão, pois naquele momento, nós vivíamos uma boa perspectiva de avanço na democracia, como nós ainda precisamos hoje. Não estava estabelecida, como V. Exa. diz, nenhuma perspectiva de um sistema socialista. Não havia correlação de forças, e esse é um processo. Eu sou comunista, sou do PCdoB; eu quero o socialismo. Mas temos o entendimento de que esse é um processo de acúmulos inclusive, e que cada povo tem a sua história, a sua cultura, para, nesse processo de acúmulos, passar para um outro patamar. Então V. Exa. traz com muita propriedade essa discussão que a mim e ao João Derly nos contempla muito, porque essa discussão do projeto do Christopher nos permite o resgate de uma história importante, difícil, mas, sob o ponto de vista dos rumos que queremos para a

nossa Nação, estamos conseguindo. O futuro desta Nação e do mundo é uma história que nos contempla sob a ótica não só dos que participaram naquela época, mas de todos nós, do povo brasileiro, em mais de 500 anos, e para o futuro, sem dúvida nenhuma, haveremos de construir. Muito bom, Vereador, e me emociona muito.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Com certeza, emociona a todos nós aqui comprometidos com a democracia. Para encerrar, Ver. Dr. Thiago, saúdo novamente este Projeto do Ver. Christopher de resgate da memória e que é, sim, necessário de ser feito na nossa Cidade e que está na raiz dos nossos Partidos Trabalhistas – do PDT, do PTB –, dos nossos Partidos Socialistas – o PT, PCdoB, o PSOL, o PSB – e todos os nossos partidos efetivamente que têm, neste momento da história, a sua identidade com a luta por transformações e pela democracia do nosso País. Então, por isso, é muito bem-vindo esse projeto de resgate da memória das Reformas de Base apresentado pelo Ver. Christopher. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 113/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, de lamentar, neste momento, tão somente é que não esteja a maioria da bancada do Partido Democrático Trabalhista aqui presente. Eu quero, de público, repetir o que eu disse ao autor a respeito de seu avô. Considero que seu avô foi um estadista, um homem a quem o Brasil fará justiça, com muita brevidade, pela grandeza que teve e pelo comportamento que teve nesse ano de 1964, quando, pela sua ação, evitou que este País se engalfinhasse em uma luta sem tréguas, cujos resultados são fáceis de serem imaginados. Eu quero, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, de forma muito clara, deixar muito patente a minha posição. Todo o respeito que eu tenho à figura de João Goulart não altera minhas posições passadas nem interfere nas minhas posições presentes. Eu sei, nas pessoas das quais eu divirjo, reconhecer os méritos quando eles os têm, e esse mérito de estadista, de conciliador do João Belchior Goulart eu quero proclamar nesta hora. Não tenho a menor dificuldade de consagrar o ano de 1964 como marca de grandes

reformas. Provavelmente não sejam as reformas a que aqui se refere o autor, reformas substanciais na vida brasileira, como a criação do Banco Nacional de Habitação, do Sistema Financeiro de Habitação, do Banco Central do Brasil e de uma série de outras tantas que marcaram aquele ano. As reformas foram propiciadas, queiram uns ou outros, ou pelo golpe militar de 1964, ou pelo contragolpe militar de 1964, como entendo que foi; ou pela revolução de 1964, que alguns poucos podem admitir, ou como a contrarrevolução que ocorreu naquele ano. Quem viveu os terríveis anos da Guerra Fria, como eu vivi, lá nos idos de 1964, sabe muito bem do que eu estou falando. Eu não tenho a menor dúvida em afirmar que o movimento de 1964 nasceu como uma contrarrevolução de uma revolução que estava em marcha, que tinha caráter completamente diferente do caráter democrático que alguns querem assinalar neste momento. Mas nada disso, Sr. Presidente, a não ser o nosso compromisso com a verdade histórica, impede-nos de acompanhar a proposição do Ver. Christopher Goulart, que quer homenagear o seu avô, estabelecendo que esse ano, 2014, cinquentenário dos acontecimentos de 1964, seja considerado o ano de reforma de base. Até porque, acho que hoje, mais do que nunca, o Brasil precisa de reformas muito profundas! O Brasil vive hoje uma confusão até ideológica, sustentando um capitalismo de Estado perverso, alimentando algumas práticas superadas e sendo hoje o grande quintal do capitalismo internacional. Não há nenhum país no mundo tão benquisto, da banca internacional, do sistema financeiro internacional, do próprio Fundo Monetário Internacional, como o nosso, onde se pagam os maiores juros do mundo, onde se remunera o capital nacional e estrangeiro de forma muito dadivosa. Então, esse ano, que se pretende seja da reforma de base, eu desejo que seja de reformas de comportamento, de novas visões, de um novo olhar, que a política não seja uma busca do poder pelo poder tão somente, e que tudo valha no sentido de permanecer no poder. Nós precisamos mudar, e mudar fortemente. É preciso que 2014 seja efetivamente, não o ano da Copa do Mundo, mas o ano das verdadeiras reformas de base deste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 113/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Vereador-Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Ver. Christopher Goulart, eu acho muito importante que o ano que vem – e este e todos os anos – marque o cinquentenário das reformas de base, que deve servir para enxergar o que seria o nosso Brasil se elas de fato tivessem seguido, se não tivesse havido um golpe militar, a destituição de um Presidente legítimo, tendo sido posto no cargo por ser Vice-Presidente. E se nós tivéssemos realizado as reformas pensadas, sonhadas pelo Presidente Goulart e com um amplo apoio popular, com grandes mobilizações, que assustaram o conservadorismo na época?

Todos lembram muito da questão da terra, da reforma agrária, do esforço da reforma agrária, da ideia da indenização de terras, de levar os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, do Estatuto dos Trabalhadores Rurais. Essa, talvez, seja a reforma mais conhecida, a proposição mais conhecida do nosso ex-Presidente Goulart, mas veja, Ver. Kopittke, ele também propunha e não foi aprovado no Congresso Nacional, à época, a reforma urbana. Ele propunha a indenização de imóveis para interesse social, para habitação popular, sonho da população brasileira. Hoje, o Minha Casa, Minha Vida vem resgatar o que não seria necessário 40, 50 anos depois, se lá tivesse começado a reforma urbana sonhada pelo Presidente João Goulart, pelos trabalhadores que o sustentavam. E, já na época, era um visionário. Em 1961, 1962 e 1963, já o déficit de habitação popular, de habitação para o povo brasileiro estava detectado pelo Presidente da República. Imaginem se, à época, tivesse começado o Minha Casa, Minha Vida. Hoje, este País seria o mais desenvolvido deste mundo. Vocês imaginem se tivesse acontecido a reforma fiscal e a reforma bancária, onde se propunha um maior controle dos investimentos financeiros, especialmente dos exteriores e o controle das remessas dos recursos do Brasil para o Exterior.

Mas, nesse 1 minuto e 32 segundos que me sobram, eu quero falar da reforma educacional. João Goulart foi pioneiro. Ele queria, na reforma política, alcançar os votos aos analfabetos, mas queria alcançar o direito à leitura e à escrita. Paulo Freire iniciou as suas experiências pedagógicas no Governo João Goulart. A reforma da educação que Goulart queria implementar fazia chegar o direito à educação que só vai ser escrito na Constituição em 1988, em função do golpe militar, Ver.^a Mônica Leal.

Paulo Freire, com a sua experiência inovadora de alfabetização, criou toda uma teoria pedagógica a partir de métodos experimentados dos círculos de cultura, da leitura e da

escrita a partir da fala e da vida do trabalhador adulto, que correu o mundo, foi reconhecido mundialmente, e que com o golpe militar foi interrompido o programa e o nosso Paulo Freire expulso, exilado deste País. Teve que ir trabalhar e estudar fora, onde escreveu Pedagogia do Oprimido e tantos livros que marcam a história da educação brasileira nas universidades do mundo inteiro. Então, nós temos que celebrar as reformas de base, estudá-las, aprender com a história; este Brasil certamente seria outro. Lula e Dilma, na verdade, vêm resgatar o sonho que foi decepado, que foi exilado, Ver.^a Fernanda, que foi interrompido bruscamente, ilegalmente, à força das armas e foi mantido interrompido por 30 anos, através de mortes, através de torturas, através de exílios, lamentavelmente. Se o Brasil hoje vive as mazelas que vive é porque na época a opção do Congresso, lamentavelmente, a opção das elites brasileiras, a opção dos que sempre se apropriaram do Estado Brasileiro foi por interromper reformas que até hoje se fazem urgentes, e que Lula e Dilma começam a inverter e a implementar, como o pesado investimento em educação com que Dilma vem marcando cada vez mais. Que bom! Vamos celebrar, mas para mudar a história!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 113/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu gostaria de fazer uso da palavra, primeiro, e obviamente, apoiar a iniciativa de resgatar esta parte da história. Um país sem história certamente é um país que não prospecta o seu próprio futuro. Por que isso é importante? Ouvi atentamente o Ver. Reginaldo Pujol, e o Ver. Reginaldo Pujol consegue distorcer a história em dois aspectos: primeiro, chamar de revolução de 64, quando, na verdade, houve um golpe civil militar orquestrado pelos Estados Unidos com apoio dos banqueiros, ruralistas e elite econômica e política brasileira para garantir que não houvesse reformas que mexeriam na estrutura do Brasil. Uma revolução é caracterizada justamente pela ruptura radical das estruturas, não só o modo de produção, mas também das suas instituições. E as reformas de base eram reformas, o nome já diz, que caminhavam em algum grau no combate à desigualdade e em políticas públicas para o povo brasileiro. O que houve, na verdade, foi um golpe para garantir com que esse caminho não fosse

trilhado diante de elites que queriam manter a sua acumulação econômica, a sua riqueza e seus privilégios à revelia do povo brasileiro. E não é à toa!

E o Vereador reclamava da taxa de juros atual. Mas foram os mesmos que boicotaram a reforma do João Goulart, que propunham o controle da remessa de lucro para o estrangeiro. Os mesmos que seguem tendo lucros recordes nos bancos, com uma inovação, que boa parte dos dirigentes sindicalistas que, na década de 80, estavam junto com a categoria lutando por melhores condições de trabalho dos bancários e menos taxa de juro para o povo brasileiro, Ver. Kopittke, agora estão sentados como gerentes, na posição de Governo, querendo derrotar a greve dos trabalhadores. E nós estamos vendo isso neste momento. Eu sou bancária, a minha categoria, o Banrisul, está em greve, e a diretoria do banco, assim como o Governo Tarso, não avança em propostas para a categoria; ao contrário, propõe metas mais absurdas para a categoria e não avança no plano de carreira. O pessoal do *call center*, que são aqueles que ficam telefonando do banco, sofrem controle até das idas ao banheiro!

Por isso, ao discordar do Ver. Reginaldo Pujol, veemente... Um país que não teve sequer justiça de transição daqueles anos brutais de desaparecimentos, torturas, assassinatos promovidos por um golpe militar para garantir que os privilégios da elite econômica seguissem como estavam e as reformas de base não pudessem alterar a estrutura fiscal do Brasil, a estrutura educacional do Brasil, a estrutura agrária do Brasil, a estrutura de saúde do Brasil, a estrutura do transporte público do Brasil, a estrutura da Educação, que era o que propunha João Goulart. Também venho discordar radicalmente daqueles que dizem que o PT está fazendo a continuidade do que propunha João Goulart. Justamente o contrário, nós nunca tivemos tão pouca reforma agrária neste País, e é lamentável que eu diga isto: o Governo Lula e Dilma fez menos reforma agrária que o Governo FHC, que foi o governo mais neoliberal da história do povo brasileiro, mas, esta é a verdade, infelizmente o latifúndio segue crescendo. Não é à toa que a Kátia Abreu, que é a representante do agronegócio no Brasil, apoia Dilma. Mudou de partido, para o PMDB, para poder estar na chapa do governo. O PSB, que foi citado anteriormente, foi um partido que, majoritariamente, votou pelas alterações do Código Florestal para beneficiar os ruralistas e não se avança no combate às empresas e propriedades rurais que ainda praticam trabalho escravo. Nós estamos em 2013, e ainda existe trabalho escravo no Brasil, esta é que é a verdade, lamentavelmente. Muito tem a ver com o fato de não ter

havido justiça de transição, não tenho dúvida, porque verdade é justiça, verdade e justiça para que não se repita, mas muito tem a ver com aqueles que quiseram atalhar os caminhos e chegar ao poder pelo poder. Infelizmente tenho que discordar.

Nós ainda temos uma dívida histórica com o povo. O único dos temas que nós vimos avançar no Brasil do que propunha João Goulart foi o tema da saúde no bojo das mobilizações pelas diretas e do processo constituinte que garantiu um sistema único de saúde a partir da luta dos trabalhadores da saúde. No transporte público, nós conseguimos agora a redução da tarifa, mas ainda é um absurdo o controle privado sobre o transporte público e, ao mesmo tempo, a ausência de licitação e transparência. Só se reduziu tarifa porque mais de dois milhões de pessoas estiveram nas ruas. A maior conquista desse processo de mobilização que em junho o Brasil viveu foi a compreensão de que a luta conquista, que a mobilização muda a vida e que é preciso lutar pelos nossos direitos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 113/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras; querida Ver.^a Sofia Cavedon, fique tranquila. O meu partido está saindo de uma exitosa conferência estadual rumo ao 13º Congresso Nacional onde estamos analisando a crise mundial do capitalismo, que tem que ser analisada até para que a enfrentemos no patamar que, na nossa opinião, a Presidente Dilma está enfrentando, precisa mais, e a luta do povo vai dar-lhe sustentação para esse mais, e também os 10 anos do projeto liderado por um operário, por dois mandatos, e agora pela Presidente Dilma. Eu creio, Srs. Vereadores, que a história é nossa aliada para que possamos não negá-la, e sim nos orgulharmos dela, não temos o que negar, só temos do que nos orgulharmos, não desistir e manter firme a convicção de um projeto de Nação democrático, soberano, com desenvolvimento, com sustentabilidade e políticas públicas que lá naquela época seriam estratégicas que mais adiante nós estivessemos podendo fazer o início desse processo, dessas políticas públicas. O projeto do Ver. Christopher tem um mérito enorme porque ele resgata essa história, ele resgata a história que não pode ser negada porque, ao avaliá-la, damos

saltos, não os mesmos porque a história nunca volta ao mesmo lugar, são elipses a seu processo. Em primeiro lugar, não havia nenhum golpe por parte de Jango, não era isso que se passava naquele momento, a Fernanda tem toda a razão, não havia golpe, o golpeado foi o projeto que se estava tentando iniciar e que foi golpeado, em 1961, pelos interesses do imperialismo. Eu não esqueço do acordo MEC-USAID feito exatamente pelo imperialismo norte-americano no sentido de fazer com que cada vez mais as escolas não fossem mais públicas, e sim privadas, e as universidades também, e que tivessem os conteúdos para sustentar os interesses do imperialismo, ainda mais num País com a dimensão continental, com um povo que é fruto de uma diversidade humana e cultural, com a nossa biodiversidade, que é a nossa maior riqueza, por este País passaram também os interesses da América Latina, o golpe não foi só no Brasil, o golpe foi em toda a América Latina. Então, a tentativa de Goulart, de não assumir... Em primeiro lugar, foi a tentativa que fizeram para que Goulart não assumisse o cargo de direito conquistado. Tenho que lembrar aqui que não eram do mesmo partido. Naquela época, o João era de um partido e o Jango era de outro, do PTB, eleito por ele em torno de um projeto. Então, ele estava democraticamente eleito pelo projeto de seu partido. Eles não eram do mesmo partido. Outra, a nossa resistência liderada pelo Brizola; o Brizola formou uma geração, aqui neste Estado, para resistir depois com o golpe de 1964. Mas aquela gente não se conformou! Os retrógrados, os imperialistas, a mídia e o poder econômico não se conformaram e voltaram em 1964. Eu quero lembrar aqui que entre todas as reformas que nós todos já falamos está a reforma urbana e agora estamos com o Congresso para fazer esta reforma já, a reforma da educação, a reforma tributária, a reforma agrária, o fim da remessa de lucros. Eu acho que a Fernanda levantou bem aqui que o Jango propunha... A reforma sanitária, a luta pela reforma: em 1963, foi uma das principais questões pelos interesses das multinacionais de equipamentos, de medicamentos de fora do País para que a gente não desenvolvesse ciência e tecnologia. Olhem as três premissas da Terceira Conferência Nacional de Saúde, a última que teve participação popular: municipalização, controle social e financiamento público para a saúde no Brasil! Isso tudo foi abortado por esse golpe. Nós retomamos, no bojo da luta, pela redemocratização do País com a luta pela reforma sanitária para chegar ao Sistema Único de Saúde. Olhem a visão estratégica que tinha o Jango naquele tempo sob o ponto de vista do Sistema Único de Saúde. Hoje, nestes dez anos em que nós estamos

avaliando o PCdoB, o governo Lula, a Dilma, é uma retomada do Brasil para que seja uma nação. Se nos deixaram uma herança maldita, o Lula não deixou para a Dilma. Ele deixou uma outra herança para que ela possa avançar ainda mais em um processo de articulação política ampla porque a correlação de forças hoje para construir esta Nação, é desta maneira que nós fazemos, é desta maneira que tem que ser feita. Nós estamos em um outro patamar desta Nação e chegamos aqui porque houve esta resistência, porque houve um Jango, porque houve um Brizola. Na concepção do PCdoB, nós temos isso, neste momento, e o que o Christopher traz aqui para nós é muito importante. É fazer mais e mais para acumular, Ver. Sgarbossa, para a construção, um dia, de uma nação socialista. Esta é a concepção que aprendemos neste processo de luta de 91 anos do nosso partido, que corre junto com a luta da história do povo brasileiro. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 113/13.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, agradeço, Ver. Mario Fraga, a deferência, Ver. Cleiton, e falo, aqui, principalmente, como um Vereador do PDT.

Eu escutei, ao longo deste processo, o que, de certa forma me deixou lisonjeado, na formação dessa nova corrente que foi o Solidariedade, capitaneado pelo Ver. Janta, eu escutei de alguns colegas do partido a seguinte frase: “olha, se o Thiago sair do PDT, ele vai ter que contratar, primeiro, um engenheiro para a casa dele”! Porque, realmente, é um acervo que temos em casa, particularmente do meu pai, da minha família, um acervo e uma grande discussão sobre o trabalhismo.

O trabalhismo nasce na vertente e na ideologia de Alberto Pasqualini; tem a contribuição na parte educacional de Darcy Ribeiro; a participação das obras e das realizações de Leonel Brizola; que discute lá toda a unidade trabalhista, PTB, PDT, todos os partidos que têm trabalhismo no meio discutem, sim; os que não têm o trabalhismo no meio, o PT, discutem todas as outras correntes que colocam o ser humano em primeiro lugar neste

processo de construção. É um processo de construção independente. Eu acho que essa é a grande mensagem do legislador, e a mensagem que traz o Christopher na sua proposição, um rapaz que tem esse nome, porque teve que nascer fora deste País, mas que não traz, em nenhum momento, o rancor desse período. E ele quer, baseado nisso, poder construir e discutir o que até hoje foi negligenciado à brasilidade, que é a questão das reformas de base. Independentemente da gestão e do Governo – Ver.^a Fernanda, temos concordância com isso –, até hoje, foi negligenciada à brasilidade a profunda discussão das reformas de base, que começam, sim, na educação de qualidade, na educação de valorização do professor, e que passam, sem dúvida nenhuma, pela saúde. E o mais importante de tudo isso é que não se deve, em nenhum desses processos, procurar, nos servidores ou na população, bodes expiatórios para essa situação. E, na saúde, falo claro e objetivamente dos médicos: os médicos, os servidores da saúde, não são o problema de saúde deste País; eles talvez sejam, se tiverem a oportunidade de mostrar isso, Ver. Pujol, a solução do problema de saúde deste País. Portanto, é isso o que o legislador, é isso o que o Christopher quer trazer: a grande discussão que esta Nação precisa, iniciada aqui, neste ano, com a presença viva dos dois ministros do Governo João Goulart: o Almino Afonso, que era Ministro do Trabalho, à época, e o Waldir Pires, que hoje é Vereador, como nós, em Salvador, e que, na época, era o que seria hoje o Procurador-Geral da República.

O que está se querendo aqui é fazer profundamente essa discussão. Poder discutir, sim, a CLT; poder discutir, sim, as questões vinculadas à parte penal, à parte civil, mas discutir profundamente saúde e educação. Discutir SUS, sim; discutir por que o SUS não tem funcionado, e isso não se deve aos profissionais; discutir por que a educação não tem funcionado, e a culpa não é dos professores, que talvez também sejam o início da solução do problema. Muito obrigado e aguardemos a... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver.^a Sofia. O que a gente queria trazer é essa mensagem de não rancor e, sim, de discussão e de prospecção para o futuro.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 113/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 113/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 032/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(18h4min) Encerrada a Ordem do Dia.

Em votação o Requerimento, de Ofício, deste Presidente, que solicita a transferência do período de Comunicações de hoje para a próxima Sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Comunicações.

(A Ver.^a Sofia Cavedon reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas e todos os que nos assistem, quero aproveitar este período de Comunicações para fazer um convite a todos colegas e a toda a população para um seminário que nós vamos promover nesta quarta-feira, dia 16, às 19h, aqui no Plenário Ana Terra, a segunda edição do seminário que temos promovido, um ciclo de debates chamado Diálogos Necessários, que está no Facebook.com/dialogosnecessarios. A primeira edição foi sobre a nova política de drogas no Uruguai, e, nesta segunda edição, nós vamos tratar sobre democracia na era digital:

como é que nós podemos repensar, reconstruir ou reinventar o próprio Parlamento na nova era da democracia que está se abrindo, ou, pelo menos, que as ruas estão a exigir uma reconstrução do que seria, Ver.^a Sofia, a própria ideia da representação política. Será que nós aqui, no nosso esforço permanente, legitimados pela urna, fazendo o nosso trabalho no plenário, nas Comissões, fora da Casa, mas será que as novas gerações, que hoje vivem numa era da hiperconexão, se sentem representadas efetivamente por essa dinâmica dos parlamentos, seja em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no Brasil, ou na Grécia, Espanha, Chile ou nos Estados Unidos? Esse é um debate que hoje percorre toda a ciência política, a sociologia, o próprio direito de que nós precisamos urgentemente, até para garantir a legitimidade da democracia no mundo, reconstruir o processo deliberativo da nossa sociedade. Apenas fazer uma consulta de quatro em quatro anos pedindo para que as pessoas escolham o número de representantes que, em nome delas, vai tomar a decisão, principalmente as decisões sobre a cidade, o local onde as pessoas vivem, me parece que, para os dias de hoje, é insuficiente. As pessoas têm mecanismos e capacidade para participar, obviamente dentro de um processo legítimo e democrático, de regras preestabelecidas, porque a democracia nada mais é do que a relação de confiança em cima de regras preestabelecidas. Nós podemos, sim, através dessas novas ferramentas, abrir para consultas públicas com poder de decisão. Não basta abrir a Internet só para fazer pesquisa interativa, como os programas de rádio e TV, que bom que fazem, mas não é sobre isso que estou falando. Eu estou falando sobre o processo de tomada de decisão efetivamente. É nesse sentido que eu apresentei um pacote de propostas aqui para nossa discussão, que talvez não sejam todas elas para agora, mas que fiquem plantadas para o futuro da Cidade, a cidade que reinventou a democracia na década de 90, num período em que a democracia não era muito bem-vista pelo discurso hegemônico de então. Porto Alegre se consolidou e é conhecida no mundo inteiro, talvez a cidade mais conhecida no mundo – fora São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro – pela reinvenção da democracia na década de 90. Por que nós não podemos, pela Câmara de Vereadores, ter a ousadia de nos reinventarmos no século XXI?

Uma dessas propostas seria, por exemplo, que nós possamos apresentar pela Internet todos os projetos que estão prontos para vir à votação e, através de priorização, a população ter a oportunidade de dizer, também, quais os projetos mais importantes para que venham ao plenário, ao invés de só os líderes... Eu participo aqui da reunião de

líderes, mas por que a população também não pode participar do processo de priorização do que vem à votação? Ou, então, outro projeto chamado Causa da Cidade, em que as pessoas, qualquer cidadão ou cidadã, vão poder apresentar uma causa – isso já é utilizado pelo Parlamento Português –, e a causa mais votada do mês é objeto aqui de uma apresentação por parte desse cidadão. E por que não o Vereador pegar essa sugestão e transformar em projeto de lei com a legitimidade de isso ter sido a causa da Cidade?

E uma outra proposta é a possibilidade de, no *site* da Câmara, nós recolhermos assinaturas para petições eletrônicas. As petições hoje são utilizadas no mundo inteiro, o *site* Avaaz, por exemplo, é o maior do mundo hoje que colhe petições; recolheu, Brasinha, dois milhões de assinaturas pelo fim do voto secreto e se transformou, na verdade, na ponte entre os cidadãos e o Congresso, foi uma petição eletrônica, como as velhas petições da democracia britânica, por exemplo. Mas no próprio *site* da Câmara recolher as petições para criar projeto de iniciativa popular. São inúmeras as possibilidades que se abrem com essa nova era, e eu realmente acho que todos nós, independente de partido e de identidade ideológica, podemos nos debruçar sobre essas iniciativas. Por que não tornar a Câmara de Porto Alegre uma referência para o mundo inteiro, para a juventude de todo o País, de toda a nossa Cidade como uma Casa que está, sim, querendo se reinventar, efetivar, reenergizar a democracia no século XXI? Essa é uma tarefa muito importante, por isso, eu deixo o convite para o seminário de quarta-feira, às 19 horas, aqui, no Plenário Ana Terra. Muito obrigado, Ver.^a Sofia.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sra. Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon; Sras. Vereadores e Srs. Vereadores, Ver.^a Mônica, Ver. Villela, Ver. Reginaldo Pujol, Ver. Marcelo e Ver. Alberto; quero dizer que é com grande satisfação que venho a esta tribuna. Primeiramente, quero agradecer ao meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, que nos dá oportunidade de falar; ao nosso Líder, Cassio Trogildo; ao Ver. Elizandro Sabino, ao Paulo Brum e ao nosso querido Ver. Roni. Senhores, senhoras, eu venho aqui,

Ver. Guilherme Socias Villela, o senhor que conhece muito bem o nosso bairro IAPI, é um bairro, é uma vila, mas a vila mais querida do Brasil, uma vila, Ver. Alberto Kopittke, em que tenho muito orgulho de conviver, morar e trabalhar, porque lá é a vila do IAPI, que, em 1930, o nosso querido Presidente Getúlio Vargas construiu para aqueles moradores que lá moram – muita gente mora desde o começo, Ver. Guilherme Socias Villela. É muito importante, Ver. Elizandro Sabino, porque a história da vila é muito bonita. Lá tem cantores famosos, como a Elis Regina, que saiu lá da vila do IAPI. Lá, nós botamos, na época... o Zaffari proporcionou uma estátua da Elis Regina, que está aqui no Gasômetro. Mas eu estava falando com o nosso Vice-Prefeito, o Sebastião Melo, que é um Vice-Prefeito de luxo, que trabalha, atende às demandas, a gente solicita, e ele sempre nos atende. O Prefeito Fortunati está de parabéns por ter um Vice-Prefeito dessa qualidade. Mas também, aí, nós botarmos a réplica lá... E Ver. Guilherme Socias Villela, eu protocolei um projeto da Semana do IAPI, de eventos, que seja contemplada no Calendário Oficial do Município, porque o bairro IAPI é um dos bairros mais bonitos, uma das vilas mais bonitas, porque realmente dá alegria falar nela, porque agora, Ver. Guilherme Socias Villela, acontece a grande revitalização do Parque Alim Pedro. Essa revitalização, graças ao Prefeito Fogaça, é uma contrapartida ambiental de quando o Prefeito Fogaça começou a negociar com a empreendedora OAS, que fez a Arena do Grêmio, e eu, automaticamente, fui até o Prefeito, pedir que ele nos ajudasse a buscar essa demanda, essa contrapartida, para nós revitalizarmos o Alim Pedro. Várias vezes falei nesta tribuna sobre a revitalização, mas volto a falar da satisfação e do momento que a Vila e suas pessoas estão vivendo, a alegria das pessoas sabendo o que está acontecendo. São mais de R\$ 2 milhões que serão empregados, e significa o bom-senso do nosso querido Prefeito Fortunati, que determinou que a demanda de lá teria que continuar. Eu só tenho que agradecer aos nossos Secretários, ao nosso Prefeito, ao nosso Vice, por ter mantido a demanda, que foi apontado que deveria ser levada para outro local, e foi mantida lá. Então, o Prefeito está de parabéns. E eu volto a dizer que apresentei o projeto justamente para dar oportunidade de inaugurarmos a revitalização do Parque Alim Pedro com o Projeto de Lei, Ver. Villela, que proporciona a semana de atividades do IAPI, no esporte, no basquete, no tênis, no vôlei, na caminhada, enfim, em tudo.

Eu também volto a dizer da minha satisfação do meu querido amigo proporcionar, lá no Parque Germânia, o grande evento da Feira do Livro Infantil. Que importante, Mônica, muito importante, mais de 15 mil crianças compareceram lá. E eu estive na abertura, e fiquei tão feliz por ver aquelas crianças olhando, lendo, satisfeitas, e pela atenção que elas recebiam. Ali comecei a pensar: essas crianças serão os nossos representantes logo ali à frente. E eu do lado do Tenente-Coronel Biacchi, que estava lá, e me dizia o quanto é importante a educação das crianças, quando começam no colégio, a educação para o trânsito, o respeito aos cidadãos, enfim... Eu quero dizer aos senhores que fiquei muito satisfeito com o Coronel Biacchi, Ver.^a Sofia Cavedon, no momento que ele me falou também, Ver. Alberto, porque o 11º BPM sempre me pedia pneus, rodas, câmaras usadas, e eles não pedem mais, graças a essa Administração que está aí, que tem mantido as viaturas, porque é importante, elas estão estrategicamente nas esquinas, nos triângulos. Eu acho muito importante esse trabalho que eles estão fazendo, Ver. Villela, o bom trabalho e estrategicamente estacionados para combater o crime. E estou muito satisfeito porque não tenho visto mais viaturas pedindo pneus para mim. Graças a Deus que existe um bom trabalho dentro do Governo e está funcionando. Então, está de parabéns o Governador por ter feito isso pela Brigada, que é uma instituição muito séria e que deve ser respeitada.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra em Comunicações.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Ver.^a Sofia Cavedon, antes de mais nada, quero dizer que tenho a honra de estar sendo presidido pela senhora, como Vereadora e como mulher.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao prezado Ver. Brasinha por ter antecipado o assunto sobre o qual há duas Sessões eu venho tentando falar e não há quórum. Aliás, até me lembrei do seguinte: não sei se atribui a Osvaldo Aranha, mas penso que ele dizia que o Brasil é um deserto de homens e mulheres. Se, por uma questão de realismo mágico de um Gabriel Garcia Márquez, Osvaldo Aranha estivesse aqui, iria dizer que esta

colenda Casa é um deserto de Vereadores, porque tem muito poucos, heróicos; estão aí seis.

Vou abordar, reitero, com a devida vênia do meu caro Brasinha, um tema que é uma continuidade do que foi dito por ele, ou seja, a comunidade da Vila do IAPI. Eu recebi a visita do Sr. Pedro Lemos, que trouxe à colação do meu gabinete diversos problemas e irregularidades recorrentes na convivência do local.

O IAPI, como já foi dito aqui pelo Ver. Brasinha, foi planejado conforme uma concepção urbanística de cidade jardim, tendo sido o primeiro conjunto habitacional desse tipo no Brasil. A inauguração foi realizada pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1953, e não em 1930, Brasinha, e se tornou uma referência para toda a América do Sul como conjunto habitacional modelo, um modelo urbanístico de cidade, por seu valor arquitetônico, histórico, concebido, arquitetado e construído pelo engenheiro que pertence à história de Porto Alegre Edmundo Gardolinski. Porém, essa comunidade e esse conjunto têm enfrentado, Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Srs. Vereadoras, alguns problemas que dizem respeito à sua aparência e à sua estrutura. Para citar alguns: vegetação, poda, paisagismo, fiação elétrica, falta de iluminação das praças, prédios abandonados, ausência de pontos de coleta de lixo, deficiência na limpeza de bocas de lobo, entre outras tantas.

Claro que eu agradeço pelas informações que me foram transmitidas anteriormente pelo bravo Ver. Alceu Brasinha, que já deu uma ideia de que existem soluções para problemas diversos; talvez não para todos esses. Pois, Vereador, o que mais me impressionou é que as características originais da Vila do IAPI estão sendo aos poucos, gradativamente, descaracterizadas. Isso requer que a Secretaria de Obras, a Secretaria do Meio Ambiente, o Departamento de Esgoto Pluvial, o DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana e até mesmo o Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural – o Compahc, passem a dispensar uma atenção especial a um conjunto que é histórico, que é modelo, que é paradigma neste País e na América do Sul.

Eu estimo que parte dos problemas do IAPI seja resolvida ainda nesta Administração do Prefeito Fortunati, como disse o Ver. Brasinha. E a hora é de preservação daquilo que é original, Sra. Presidente; hoje estão em constante discussão algumas casas relacionadas ao bairro Moinhos de Vento, numa das ruas desse bairro. Acho que é certa uma discussão em torno disso. Aliás, eu fui, como Prefeito, um dos criadores do Compahc, e

acho que o Compahc deveria também olhar e verificar o que está ocorrendo com a Vila do IAPI e sua descaracterização.

Eu encerro as minhas palavras, Presidente, mais uma vez, agradecendo o privilégio de tê-la como Presidente. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada pela gentileza, Ver. Guilherme Socias Villela.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. João Derly está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

PAUTA

(O Ver. Alberto Kopittke assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Kopittke): Pela primeira vez, com muita honra, ocupo a presidência.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Alberto Kopittke, já com tantas propostas para dinamizar este Parlamento, certamente um dia será Presidente desta Casa. Eu quero registrar que inicia a tramitação hoje – nós definimos que trabalharemos em Comissão Conjunta, portanto terá uma tramitação breve, mas já houve uma boa interlocução aqui dos livreiros que construíram, na interlocução com esta Vereadora, essa proposição que ora inicia a sua tramitação em Pauta, por ter sido prejudicada a sua tramitação em função do tempo que levou nas preliminares, ele tem mais de 45 dias na Casa, inclusive. É um projeto importante para as livrarias, que todo o ano mantêm suas portas abertas nesta Cidade. Essas livrarias andam sendo prejudicadas, talvez, assim diria, pela voracidade de algumas editoras, em especial editoras que não são nossas, que estão situadas em São

Paulo, que têm estabelecido uma certa guerra para fins de escolha dos livros didáticos das escolas, em especial as escolas privadas, porque as escolas públicas têm recebido bons livros, e os professores escolhem livremente dentro de um catálogo que o MEC oferece, Ver. Kopittke. Mas, na escola privada, tem acontecido algo prejudicial à educação em dois sentidos. Em um sentido é que as editoras vão às escolas e oferecem trocas, benesses. Bem que a escola acabe recebendo e talvez influencie; eu não quero julgar as escolas, sei que são sérias no seu trabalho, mas talvez influencie na escolha do livro didático e as editoras estão vendendo diretamente num andar, num espaço da escola, desrespeitando o Círculo do Livro e tirando aquele momento de grande empuxo, de grande mobilização que é o início do ano letivo, onde as famílias frequentavam as livrarias para buscar o livro didático e ali já escolhiam outros livros, já possibilitavam aos filhos conhecer a livraria do bairro, e, quem sabe, desenvolver o hábito de leitura.

Num segundo sentido, a escola também estreita muito as suas perspectivas quando ela recebe, na verdade, alguma benesse de uma e, depois, a outra editora, de outra, e acaba não liberando os professores, talvez – sem fazer pré-julgamento – para escolherem o melhor material didático que serviria aos propósitos educacionais.

O que nós estamos propondo, através deste projeto de lei, é vincular a existência de alvará de localização no espaço onde será comercializado o livro, porque também é possível que algum imposto não vá ser registrado em função dessa forma informal de comercialização, numa quantidade bastante significativa de livros; às vezes, três mil de uma disciplina, imaginem no conjunto. As editoras, na verdade, foram convocadas, chamadas para esse debate, e algumas disseram “olha, vocês regrem”. Porque, claro, se há uma guerra de mercado, se há oferta, a editora que não se apresentar vai perder o mercado. Então é importante que uma regra de que a gente valorize as livrarias... E mais, a gente está propondo que o livro ofertado, escolhido pela escola não possa ser ofertado apenas numa livraria, e sim os pais tenham a alternativa de uma livraria próxima da sua casa, próxima do seu trabalho, porque também está havendo um cerceamento. Há livrarias que tinham fôlego para funcionar o ano todo em função desse movimento do início do ano e que perderam muito. É muito duro, hoje em dia, uma livraria manter portas abertas, especialmente livrarias pequenas, livrarias temáticas, livrarias criteriosas como muitas livrarias que temos em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul.

Então, esse debate está iniciando, fiz questão de abri-lo nesta Pauta para que os Vereadores que vão avaliá-la na Comissão Conjunta na próxima segunda-feira já possam ter a sua reflexão crítica, a sua contribuição para melhorar o projeto, e espero a contribuição. Vários Vereadores já conversaram com a Câmara do Livro, que esteve aqui, vários livreiros conhecidos e reconhecidos de todos nós e que estão muito interessados que logo se sinalize isso porque agora começa a definição, por incrível que pareça, do livro didático para o ano que vem, então, já estabelecendo uma regra igual para todos e livrando as escolas da guerra da venda, e sim possibilitando que a escolha aconteça a partir do valor do material do livro didático para a boa educação dos nossos estudantes. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Kopittke): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

(A Ver.^a Sofia Cavedon reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu, em princípio, tinha desistido de falar neste período, dado o avançado da hora, já são 18h30min. Confessadamente, se venho à tribuna, venho numa homenagem a V. Exa., Presidente, porque me chamou para um debate que remonta há 50 anos ou mais: livro didático. Lembro que, quando era Presidente do Grêmio Estudantil D. João Becker, nós tínhamos, numa salinha, uma cooperativa dos estudantes que conseguia desconto de 30% nas editoras de livros didáticos, e a maioria dos alunos do colégio noturno não teria tempo de procurá-los. Lá, nós transferíamos para os alunos 20% desses descontos e se ficava com 10% para manter a cooperativa e as atividades do grêmio estudantil. Eu não imagino, naquela época, Vereadora, como nós reagiríamos se alguém nos pedisse um alvará de localização. Pode crer V. Exa. que não seria uma rebeldia muito acentuada, mas que existira uma resistência firme e forte, com toda a certeza ocorreria.

A minha lembrança vai mais longe. Eu lembro do meu tempo de acadêmico, do Centro Acadêmico Maurício Cardoso, fazendo apostilas em mimeógrafo a álcool, Ver. Guilherme Socias Villela. Isso parece uma coisa obsoleta. Eu estou falando em mimeógrafo a álcool.

Não se fala mais em mimeógrafo a tinta. Hoje se fala só em xerox, duplicação e assim por diante.

Acho que o seu projeto, Vereadora, tem uma origem. Eu bem sei da preocupação das livrarias de conter uma concorrência que hoje não é dos acadêmicos e nem dos grêmios estudantis. Em alguns casos, são de entidades maravilhosas como a associação dos pais e mestres; outras estão sendo exploradas pela própria escola. Aí nós vamos ter que estudar bem como vamos diferenciar as várias situações que contemplam esse procedimento. Eu quero dizer que fui alertado para isso lendo jornais, lendo revistas, vendo reclamações dos livreiros, pessoas para as quais eu tenho uma profunda admiração. Eu já confessei, nesta tribuna, que eu sou comprometido com essa história porque ainda não consegui me adaptar a fazer a leitura pela Internet, e nem a Ver.^a Sofia, que propôs essa matéria, se deu conta de que, se quiserem, não precisam mais sequer ir ao colégio; em casa mesmo vão ter essa figura nova da apostila que é a impressão daquilo que é colocado nas redes na Internet. Então, Vereadora, eu que tinha, inicialmente, a ideia de falar sobre vários assuntos da Pauta, grande parte deles dizendo respeito a homenagens, quero dizer a V. Exa. que vou me debruçar sobre o seu Projeto, com uma grande dose de saudosismo, mas com a responsabilidade que caracteriza o exercício do mandato parlamentar que eu procuro desenvolver com a maior responsabilidade possível.

Existe um fato. As leis têm que refletir os fatos. Vamos ver em que grau esses fatos estão a merecer uma intervenção legislativa mais vigorosa. E quem teria condição de, no dia a dia, conter eventuais deslizos que o descumprimento da lei pudesse trazer?

Era isso, Vereadora que, nesta minha manifestação na discussão preliminar de Pauta, eu faço em homenagem a V. Exa., deixando de lado vários assuntos que mereceriam a minha atenção, mas como V. Exa. trouxe a sua posição na tribuna, eu me considerei no dever de fazê-lo com a transparência, a sinceridade, e, sobretudo, com a clareza que sempre procuro utilizar nesta tribuna popular, que o bom povo de Porto Alegre me concedeu. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, e agradeço a deferência. Sei que faremos um bom debate.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, colegas resistentes, às 18h40min, eu venho aproveitar este espaço de discussão de Pauta para debater um Projeto do meu colega Marcelo Sgarbossa – um Projeto que cria o Fundo Cicloviário do nosso Município, muito em razão da discussão que ele tem feito, e que tem sido objeto de uma análise do Tribunal de Justiça: a destinação de um percentual das multas dos carros para a construção e a expansão da malha cicloviária. Uma vez que o Executivo enviou um projeto para esta Casa que extingue essa obrigação, o Ver. Marcelo quer propor, justamente, a criação do Fundo para ter uma garantia financeira para o desenvolvimento de obras em relação às bicicletas e toda a infraestrutura urbana para elas. Até destacando todo o trabalho e as discussões que o nosso colega Sgarbossa tem proposto, quero dizer que sou seguidor das opiniões que eles, o Marcelo e o seu grupo, em torno do mandato dele, têm trazido para nós, no âmbito partidário. É uma revolução no conceito de Cidade, na discussão sobre o que é a Cidade, para que é a Cidade, qual o papel do ser humano na Cidade, e, especificamente, ou mais ainda, em relação ao trânsito, à nossa mobilidade na Cidade.

Eu acho importante discutir esse tema, Ver.^a Sofia, porque hoje o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad – possivelmente uma das pessoas mais brilhantes que eu conheci e de quem tive a oportunidade de ser assessor pessoal durante um ano no Ministério da Educação – decretou que todos os seus Secretários Estaduais devem, a partir de hoje, utilizar o transporte público. Não tem – viu, Brasinha? – mais carro para os Secretários de São Paulo, nem para o Prefeito, nem para o Vice. Obviamente que, em solenidades, sim.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alberto Kopittke, eu já era fã do Prefeito Haddad; agora, vou gostar mais dele, porque realmente é uma demonstração de grandeza que ele faça isso. Isso deve começar pelo comandante mostrando o que deve ser feito. É um grande aprendizado o que ele está fazendo. Quero dizer que vou ficar ainda mais fã do Prefeito Haddad. Parabéns pelo assunto!

O SR. ALBERTO KOPITKE: Com certeza. O nosso formulador do ProUni e de tantas outras revoluções da educação, agora está dando esse passo concreto. Falo eu aqui, que uso carros – não quero pregar moral de cuecas, como diz a expressão popular –, que ainda sou um usuário de carros, mas também utilizo o transporte público, o metrô. A minha companheira mora em Canoas, e também vou para casa de ônibus, mas ainda quero me habituar e transformar os meus hábitos. Eu acho que isso tem, sim, que partir de cada um de nós. É verdade aquela frase de que se nós, políticos, utilizássemos os serviços públicos – assim como o resto da população –, como o SUS, como as escolas públicas, como o transporte público, ou até – uma brincadeira, como um colega me disse – as cadeias públicas, porque nós temos foro privilegiado, e isso também é um equívoco. São privilégios ainda antigos que se guardam, e é verdade, sim, que se nós tivéssemos que utilizar a infraestrutura dos serviços públicos, com certeza nós nos engajaríamos ainda mais no que nos engajamos pela sua qualidade, estaríamos lá no cotidiano da maioria das pessoas, vivenciando essas dificuldades. Eu acho que esse exemplo que o Prefeito Haddad deu hoje – ele que em dez meses de Gestão criou 200 quilômetros de faixa exclusiva para ônibus, reduzindo, em média, nesses dez meses já, em 22% os engarrafamentos em São Paulo, em dez meses de Gestão. Então, esse é o verdadeiro compromisso de quem efetivamente quer transformar a Cidade, mudar os hábitos, mudar a qualidade de vida que o Haddad está nos dando e que esse Projeto do nosso colega Sgarbossa também venha nesse sentido de transformar a relação entre as pessoas, a sua mobilidade e a sua felicidade. Muito obrigado, Ver.^a Sofia.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Quero informar que, em seguida, teremos a audiência pública sobre os projetos da orla com a presença do Arquiteto Jaime Lerner, audiência solicitada pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil; portanto, a nossa cidadania em Porto Alegre se manifestando e querendo conhecer um projeto que vai influenciar a sua vida. Agradeço aos funcionários e às funcionárias que acompanharam até aqui; bom descanso. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h45min.)